



Anais da Assembléia

N.º 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1983.

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos,
secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presenças dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (46); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Antônio Anibelli, Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo e Tadeu França. (11); e em licença, Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 42/83 Curitiba, 30 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a instalação de um micro-sistema de abastecimento de água nos Distritos de Três Fazendas, Dois Lapachos e Vila Vitorassi, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

MENSAGEM 43/83 Curitiba, 30 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio delebrdado em 14 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Superintendência das Campanhas de Saúde Pública, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a continuação do Projeto de Erradicação e Vigilância ANTI AEDES AEGYPTY, No Município de Foz do Iguaçu e em outros da Região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

MENSAGEM 44/83 Curitiba, 30 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 09 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALVORADA DO SUL, CAFEARA, FLORESTA, IGUARAÇU, ITAGUAGÉ, ITAÚNA DO SUL, JARDIM OLINDA, JURANDA, MANDAGUAÇU, MARUMBI, MUNHOZ DE MELLO, PARAÍSO DO NORTE, PARANAPOEMA, PORECATU, SANTA MARIANA, SÃO CARLOS DO IVAÍ e SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

Indicação:

INDICAÇÃO

A Liderança do PDS indica, para a CPI do Desemprego: Deputado AIRTON CORDEIRO.

Para as Festividades do 14.º aniversário de Palmas: Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Para a CPI da Saúde: Deputados TUGUIO SETOGUTTE e IVAN GUBERT.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano, na Cidade de Ribeirão do Pinhal, do Sr. MARCIONÍLIO REIS SERRA.

O extinto foi, por duas gestões, Prefeito Municipal daquela cidade, com marcantes administrações.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade local, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida familiar, pública e privada.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, através do Sr. ADEMAR GONÇALVES CORREA, atual Prefeito do referido município.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja registrado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DAVID ANTÔNIO DOS SANTOS, ocorrido na cidade de Faxinal.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto, no seguinte endereço: Sr. Airton Rosa dos Santos, Rua Carlos Dietzch, 1.100 - Portão, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Aluno ADRIANO SCHAITZA, pela classificação na High School Universidade de Tokay, considerada a de maior prestígio no Japão, e classificado em 1.^o lugar entre os representantes de 26 países.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, solicita expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, providências e recursos aos Municípios de Guaraniaçu e Braganey, objetivando construir uma ponte sobre o Rio Tourinho, ligando os dois municípios da estrada que passa pelos Distritos de Campo Bonito, Sertãozinho e Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A referida ponte foi levada por enchentes há mais de um ano. Sua falta leva os lavradores a uma situação difícil, tendo que percorrer mais de 30 km para o transporte de sua produção. Cerca de cem mil sacas de cereais são produzidas naquela região, e mais de 600 lavradores reclamam a ponte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Como gestor dos assuntos de interesse popular, compete ao Governo do Estado estabelecer e ser orientado por princípios que assegurem estabilidade social e condições de trabalho aos paranaenses. Em alguns casos isso é possível mediante os ditames de políticas econômico-administrativas que atingem a todos, indistintamente. Em outros, isto é possível através do atendimento a setores específicos. Num caso particularmente, a vontade do Governador do Estado é final e definitiva. Os funcionários públicos do Paraná só dependem do ânimo de fazer ou deixar de fazer do Governador José Richa. Como Chefe do Poder Executivo, e superior hierárquico do seu corpo de auxiliares.

As demissões que estão ocorrendo nos diversos órgãos da administração pública estadual, podem ser sustadas imediatamente. Basta que o Governador o queira.

Querendo, dará uma resposta às suas próprias preocupações com o desemprego, anunciadas há poucos dias pela imprensa e que serão objeto de audiência futura com o Sr. Presidente da República.

Não o querendo, o Governador José Richa perde a autoridade para pedir, por exemplo, à iniciativa privada, que não demita trabalhadores e mantenha, pelo menos, o atual nível de empregos.

Evitar o desemprego é tarefa de todos e para todos. E o exemplo, o bom exemplo, tem que começar pelos governantes, sobretudo os delegados da vontade popular.

Assim, limitado pelas prerrogativas parlamentares de que disponho, solicito as seguintes informações do Sr. Governador do Estado:

a) É seu desejo sincero combater o desemprego?

b) Quantos funcionários públicos da administração direta e indireta foram demitidos a partir de 15 de março do presente ano até a data em que este requerimento for respondido?

c) Qual o tempo de serviço, qual o motivo, qual a qualificação profissional e qual a lotação funcional de cada um dos demitidos?

Atendidas as formalidades regimentais, é o requerimento que encaminho à Mesa deste Poder, na esperança de uma breve resposta do Sr. Governador do Estado ao povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela designação dos Srs. Teobaldo Vitorio Machado, Lineu Mansani Turra e Afrânio Eduardo Rossi Brandão, para as funções de Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico, respectivamente, da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR.

Com tais nomeações, temos a certeza de que aquele importante órgão responsável pelo setor habitacional de nosso Estado, estará capacitado com elementos da mais alta envergadura, que já comprovaram na vida pública paranaense e larga experiência administrativa.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de

suas atribuições regimentais e de acordo com o estatuido no Art. 19 da Constituição Estadual, REQUEREM a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de cinco membros, com prazo de 180 dias, visando apurar as permanentes denúncias de perseguição, exoneração e dispensa de funcionários públicos regidos pela CLT, bem como de atitudes discriminatórias em relação a funcionários regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público, e ainda, a apuração de inúmeras contratações, inclusive neste Poder, bem como a mudança de simbologia de cargos, por Decreto do Governador José Richa.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, TERCIO ALBUQUERQUE, ODENI MONGRUEL, EDGARD PIMENTEL, TUGUIO SETOGUTTE, AUGUSTO CARNEIRO, IVAN GUBERT, JORGE MAIA FILHO, ERONDY SILVÉRIO, GABRIEL MANOEL, BASÍLIO ZANUSO, EZEQUIAS LOSSO, WILSON FORTES, DONATO GULIN, NELSON BUFFARA, AIRTON CORDEIRO, GABRIEL SAMPAIO, FUAD NACLI, FRANCISCO ESCORSIN e PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, encarecendo a necessidade de ser urgenciada a pavimentação da estrada de acesso à sede do Município de São Jorge do Patrocínio, desde a estrada que liga os Municípios de Pérola e Altônia, tendo em vista a atual falta de condições para o escoamento da safra agrícola, especialmente de café, do elevado número de pequenos lavradores que operam nos minifúndios de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Secretária da Educação, solicitando as providências para que seja implantado cursos de 2.º Grau, na sede do Município de Turvo, tendo em vista o elevado número de jovens que concluíram o 1.º Grau e paralisaram seus estudos pela falta de estabelecimento de ensino que lhes proporcione condições para a continuidade dos estudos.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial publicado no jornal "GAZETA DO POVO", do dia 10 de abril corrente, sob o título "EMPREGO E A CRISE ECONÔMICA".

Requer outrossim, ainda, que da decisão desta Assembléia seja dado conhecimento à direção daquele jornal.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

A transcrição ora solicitada, cinge-se ao grande alcance da publicação e a lucidez e inteligência com que a

mesma encara este momentoso e hoje renitente problema nacional, que vem atingindo de maneira contundente o nosso Estado.

A profundidade de análise contida nas linhas do editorial, bem assim o magnífico poder de síntese do articulista, merece nossa máxima atenção e nossa solidariedade, pela forma séria e construtiva da abordagem do assunto.

O alerta ali contido, para o drama do desemprego, e mais ainda, para o drama maior do subemprego e da responsabilidade que cabe ao comércio, indústria, agricultura e poder público, mais que um alerta é uma solicitação veemente de tomada de consciência e a necessidade de assumirmos as responsabilidades desta denúncia.

Merece destaque também, o enfoque sobre a pesada carga imposta às empresas na folha de pagamento de seus funcionários, decorrentes dos denominados "encargos sociais", que muitas vezes chegam a onerar a retribuição salarial em mais de 30 por cento.

Ademais tece críticas com finalidade construtiva, sobre o modelo econômico e mesmo sobre a política de emprego e impostos dele decorrente, mostrando-nos o pesado fardo que as empresas suportam com tributos excessivos, caracterizando-se os principais fatores de desemprego no País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar com a máxima urgência, através do setor competente, a regulamentação do disposto no Art. 14 da Lei n.º 7540, de 08 de dezembro de 1981.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7540, foi aprovada por esta Casa no sentido de majorar os vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas no Serviço Público Civil.

O art. 14 da referida lei, determina o seguinte: "O funcionário do Quadro Geral, enquadrado na Tabela II do Anexo II, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, poderá, mediante opção definitiva, a ser manifestada no prazo de cento e vinte dias, integrar a Tabela I do referido Anexo II, observado o interesse da administração".

Após sancionar a lei em questão, o Sr. Governador enviou-a à Secretaria de Recursos Humanos, a fim de elaborar um estudo e observar o interesse da Administração, no sentido de dar o fiel cumprimento do referido artigo.

O prazo determinado, ou seja, 120 dias, já decorreu há muito e até o presente não houve manifestação por parte do Governo, para enquadrar aqueles funcionários optantes, razão pela qual estamos fazendo o presente apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, com o propósito de ser instalado no Município de Piraquara, módulos policiais, nas localidades de Pinhais, Vila Maria Antonieta, Weizópolis, Sede e Atuba.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, se dê ciência à Câmara do Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, a fim de que aquela Pasta estude a viabilidade de ser instalado no vizinho Município de Piraquara, uma agência do SINE, a qual, se concretizada, em muito virá a beneficiar as populações daquela localidade.

Requer outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à Câmara Municipal de Piraquara.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial "DEMISSÕES E NOMEAÇÕES", publicado no jornal "O Estado do Paraná", em edição de sábado.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a constituição de uma Comissão Especial de Parlamentares para acompanhar, junto ao Governador José Richa, Federações, Sindicatos, Associações de Classe e outras entidades representativas, os esforços que estão sendo realizados visando encontrar alternativas para atenuar o problema do desemprego no Estado. Tal comissão, deverá ser integrada por três Parlamentares.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

O momento político e econômico que vive hoje o País, reivindica a participação de todos. O problema se alastra por todo o País e hoje, o nosso Estado, está por assistir à dispensa de mais de 15 mil trabalhadores, já no decorrer deste mês.

Em momento oportuno, o Governador José Richa convocou as Classes Empresariais e trabalhadoras para encontrar alternativas para a questão. Assim é necessário que esta Assembléia se faça representar nestas negociações, já que estão aqui nesta Casa os mais autênticos representantes da população do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que sete subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ao Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Camilo Pena, com cópias para o Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Sr. Francisco Simeão Rodrigues e para o Presidente da Associação das Retíficas de Motores do Paraná — AREMOPAR, Sr. Jair Alfredo Pereira, moção de repúdio às ardilosas artimanhas desenvolvidas pelas multinacionais visando abocanhar o promissor mercado de retíficas existentes no País.

Caso consigam seu intento, graves consequências advirão não só para a economia nacional, mas principalmente, para o mercado de trabalho, pois, só no Paraná, são cerca de 500 retíficas, empregando atualmente em torno de 15 mil operários. Repudiamos esta investida e expressamos nossa solidariedade à luta de resistência da Associação de Retíficas de Motores do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO DE ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA: REQUERIMENTO

Inicialmente foi a Volkswagen que desencadeou ampla campanha nacional de compra e venda de motores usados. Recentemente a Mercedes Benz autorizou a seus concessionários a compra de 300 motores usados. Estes fatos prenunciam uma investida global das montadoras multinacionais de veículos que, lambendo os beiços, volta seu apetite insaciável para o rentável e promissor mercado das retificadoras, reformadoras de bombas injetoras, carboradores, partidas e geradores.

A Associação de Retífica de Motores do Paraná, articulada com a Comissão Nacional de Retíficas de Motores faz frente a estas investidas. Ainda hoje, estarão participando de reunião nacional com vistas à elaboração de projeto de lei que trata da reserva de mercado de retíficas para as empresas de capital nacional.

Pela gravidade dos fatos aqui denunciados e pela magnitude do problema social previsto. Afinal serão cerca de 15 mil novos desempregados no ramo direto de retíficas espalhadas por todo o Paraná e concia nos a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio a prestar todo apoio à luta da AREMOPAR — Associação das Retíficas de Motores do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER a formação de uma Comissão Especial composta por três (03) membros, que represente a Casa nas festividades aluxivas às comemorações do 104.^o aniversário da cidade de Palmas, para cujo evento se requer a lavratura, em ata, do voto de congratulação ao glorioso povo palmense.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Dr. José Maria de Azevedo, MD. Diretor-Presidente da RADIPAR, solicitando a instalação de repetidora pelo sistema de micro-ondas, na cidade de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A população da cidade de Santa Helena há tempos vem reivindicando junto às autoridades constituídas, providências no sentido de melhorar o sistema de captação de imagens televisivas, o que até o momento não tinha sido atendido.

A reivindicação tem sua importância não apenas lúdica para aquela população, mas muito mais econômica, considerando principalmente a disposição do empresariado local em aplicar na divulgação dos seus serviços e produtos. Divulgar as capacidades das firmas locais e as potencialidades econômicas do município são fatores que por certo recompensarão, pelo menos em parte, as incriveis perdas provocadas com a inundação de grande parte do território daquele município, pelas águas da barragem de Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Planejamento, reivindicando a implantação de duas linhas de ônibus ligando o Norte Pioneiro a Londrina, mediante a abertura de concorrência pública. A primeira dessas linhas deveria partir da Cidade de Jacarezinho, passando por Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima e Assaí, chegando depois a Londrina. A segunda, partiria da Cidade de Wenceslau Braz, passando por Tomazina, Pinhalão, Japira, Ibaiti, Congonhinhas, Assaí e depois Londrina.

Sala das Sessões, em 12/4/83

(aa) Tadeu Lúcio Machado

Hermas Brandão

JUSTIFICATIVA:

Há mais de cinco anos, autoridades da região vêm pleiteando a implantação dessas linhas de ônibus para atender a grande demanda de passageiros que se destinam a Londrina, e são obrigados a fazer outro percurso, por absoluta falta de opção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, para que este pleiteie junto à empresa concessionária, a implantação de uma linha de ônibus-leito no percurso ANDIRÁ/CURITIBA/ANDIRÁ.

Sala das Sessões, em 12/04/83

(a) Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Devido ao elevado número de passageiros que transita nesse percurso diariamente, e em razão do precário estado de conservação dos atuais carros convencionais da empresa que faz o trajeto, a implantação de uma linha de ônibus-leito nesse roteiro viria oferecer, não só maior conforto, como também, maior segurança aos usuários.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, composta de 5 (cinco) membros, para representar nesta Casa, na solenidade de abertura da XI Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Maringá, a ser realizada no recinto de Exposições Presidente Emílio Garrastazu Médici, em Maringá, nos dias 16 a 24 do corrente.

Sala das Sessões, em 12/04/83

(a) Ferrari Júnior.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando que o mesmo envie seus esforços no sentido de ser asfaltado o trecho Mariluz a Umuarama, de aproximadamente 38 km.

Sala das Sessões, em 12/04/83

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho em tela entre os Municípios de

Mariluz e Umuarama tem importância fundamental para o escoamento de importantes produtos produzidos por ambos os municípios de nosso Estado, os quais têm, na produção agrícola, sua principal fonte de riquezas.

Urge, portanto, que se pavimente esse trecho de apenas 38 km para que a safra dos municípios não sofra prejuízos e para que se chegue mais rapidamente com os mesmos nos grandes centros consumidores de nosso Estado e de nosso País, pois isto fará com que o nosso desenvolvimento aumente e se auxilie os produtores daquela importante região de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do ITC, solicitando a regularização fundiária da Vila Guarujá, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12/04/83

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de famílias habitam a chamada Vila Guarujá, em Campo Mourão, mas até o presente momento, apesar de pagarem religiosamente, seus lotes de terras, não conseguiram a legalização dos mesmos, o que traz uma tranqüilidade a todos, haja vista que os mesmos fizeram inúmeras benfeitorias e não se sentem donos daquilo que ali, com seu esforço, construíram.

Daí, a necessidade que o Governo do Estado, através do ITC, regularize a mesma situação, titulando a seus legítimos proprietários, os lotes que foram adquiridos com muito sacrifício. Haja vista que os moradores daquela vila são todos "bóias-frias", e não tem condições de lutarem na justiça por seus legítimos direitos.

Trata-se, portanto, de uma questão de justiça, a regularização do loteamento em tela.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5 /83

A Assembléia Legislativa do Estado

RESOLVE:

Art. 1º — O parágrafo único, do Art. 39, do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções nºs 49/76 e 109/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 —"

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 14 (quatorze) membros."

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/04/83

(a) Luiz Alberto de Oliveira

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada, por indicação dos Deputados, nos termos do estabelecido nesta resolução.

Art. 2º — O Deputado indicará a aplicação do seu crédito, para atender as seguintes despesas:

I — Subvenções a instituições privadas;

II — Auxílios a pessoas carentes na aquisição de materiais e serviços, assim especificados:

- a) Passagens e mudanças, dentro do território do Estado;
- b) Medicamentos hospitalares, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, aparelhos auditivos e visuais;
- c) Serviços funerários;
- d) Material didático;
- e) Equipamentos de trabalho;
- f) Material de cama, agasalho e alimentação;
- g) Hospedagens e refeições;
- h) Serviços essenciais prestados por entidades particulares.

III — Auxílios materiais a entidades de assistência social, culturais, esportivas e artísticas, sem fins lucrativos.

Art. 3.º — É assegurado a cada Deputado, o crédito anual de até 290 (duzentos e noventa) maiores valores de referência, vigentes em 1.º de maio do ano imediatamente imediatamente anterior ao início da vigência dos créditos.

Parágrafo único — Aos suplentes de Deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 4.º — As liberações serão feitas em até quatro (04) parcelas, por determinação do Primeiro Secretário ao Departamento de Finanças, dentro da viabilidade do fluxo de caixa.

§ 1.º — Os empenhos e registros dos créditos obedecerão a legislação atinente e adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as parcelas liberadas no exercício;

§ 2.º — Os créditos dos Deputados serão processados pela Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais — CEAS.

Art. 5.º — O Deputado determinará, através de formulários próprios e sob sua responsabilidade, ao Departamento de Finanças, para que efetue os pagamentos dos auxílios ou subvenções.

Art. 6.º — As subvenções e auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas a entidades declaradas de utilidade pública e que comprovem:

- a) serem sediadas no Estado do Paraná e possuam personalidade jurídica há mais de um (01) ano.
- b) Estejam em pleno exercício de suas atividades.
- c) não remunerem, a qualquer título, os cargos de diretoria e não distribuam lucros, bonificações ou vantagens, a seus dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.
- d) promovam educação, assistência social, exerçam atividades científicas, culturais ou outras atividades correlatas de caráter geral e sem discriminação.

§ 1.º — As entidades beneficiadas com as subvenções regulamentadas por este artigo, para receberem as subvenções nos exercícios subseqüentes, deverão, obrigatoriamente, prestar contas à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo, da aplicação das importâncias recebidas nos exercícios anteriores.

§ 2.º — Excetuam-se da obrigação prevista no § 1.º, as entidades que receberem subvenções de valor igual ou inferior a dois (02) valores de referência regional, fixado no início da concessão, ficando neste caso à disposição da Comissão de Tomada de Contas, por cinco (05) anos, os documentos comprobatórios da aplicação do benefício.

Art. 7.º — Os auxílios previstos no item 4 do Art. 2.º, serão pagos mediante processo em que deverá constar:

- a) o nome do estabelecimento que prestou o serviço;
- b) comprovação de que vem funcionando de acordo com a legislação em vigor e que está situado no Estado;
- c) relatório do destino do valor liberado.

Art. 8.º — Os auxílios a pessoas carentes, previstos no

item II do Art. 2.º desta resolução, serão pagos pelo Departamento de Finanças diretamente às entidades fornecedoras do material ou fornecedoras do serviço.

Parágrafo único — Os pagamentos a que se refere este artigo serão liberados mediante a apresentação da primeira via da nota fiscal correspondente, devendo constar, obrigatoriamente, no processo, a relação das pessoas assistidas, devidamente individualizadas.

Art. 9.º — Os pagamentos serão feitos mediante cheques nominais, servindo como comprovante a cópia do cheque, assinado pelo Deputado ou responsável pela empresa ou entidade.

Art. 10 — Somente serão processadas as indicações e determinações de pagamento que estiverem em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 10 de dezembro do exercício do crédito.

Art. 11 — Após o encerramento do exercício a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com cisto do Diretor Financeiro, providenciará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas que, aprovando-as, determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Contabilidade Geral.

Art. 12 — Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente e determinação contida nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 3.º, da Resolução 19/69.

Art. 13 — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 22/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo 3.º do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 140 — . . .

§ 3.º — Se, nas condições dos incisos II e III deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado, especificamente nas Fundações, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, bem como, nas empresas que compõem seu conglomerado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta, em dispositivo específico constante na legislação estatutária, tem como escopo principal sanar a interpretação que tem sido dada de modo divergente em casos análogos, aos pedidos de aposentadoria de servidores que exercem funções diretivas nas empresas que compõem a administração indireta do Estado, caracterizando-se correta para alguns, e altamente injusta para outros.

PROJETO DE LEI N.º 23/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DESPORTIVA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO CENTRO CÍVICO — ABCD/CC, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) EDMAR COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro nesta Capital, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (1.^o Registro de Títulos e Documentos), desde 02 de maio de 1980, em plena atividade, sem fins lucrativos, à Diretoria, e sem visar vantagens financeiras a seus associados, promovendo tão somente o congraçamento das tendências naturais de sociabilidade pela prática de atividades de caráter social-recreativo, cultural, esportivo e beneficente.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, soliciando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 24/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — As taxas referentes à prestação de serviços públicos estaduais, devidas pelos usuários, somente poderão sofrer reajustes semestralmente.

Parágrafo único. As tabelas reajustadas serão publicadas no órgão oficial do Estado e nos órgãos de divulgação de imprensa, 30 (trinta) dias antes de sua vigência.

Art. 2.^o — As taxas de juros referentes às multas devidas pelo atraso de pagamento das tarifas dos servidores públicos estaduais não poderão ser superiores aos juros legais.

Art. 3.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos à apreciação desta Casa, já vem sendo adotada no âmbito federal. Prova disto é o projeto de lei apresentado na Câmara Federal, pelo ilustre Deputado Paranaense, Renato Johnsson.

Com isto estamos estabelecendo um critério justo para os consumidores, que têm também os seus vencimentos reajustados semestralmente, proporcionando assim maiores facilidades para o pagamento das taxas devidas pela prestação dos serviços públicos estaduais.

PROJETO DE LEI N.º 25/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica criado o Conselho Paranaense da Política de Emprego, subordinado à Casa Civil do Gabinete do Governador.

Art. 2.^o — Serão membros natos do Conselho o representante do Governo do Estado; o representante da Delegacia Regional do Trabalho, o Representante do Sistema Nacional de Emprego - SINE-PR; Reitor da Universidade Federal do Paraná; o representante de cada uma das federações de empregadores e de trabalhadores do Estado; um

Deputado de cada partido político com representação na Assembléia Legislativa e dois representantes da comunidade.

Parágrafo único. Os representantes da comunidade serão escolhidos pelos demais membros do Conselho e serão da área de comunicação social, sendo um empresário e um profissional.

Art. 3.^o — A Presidência do Conselho será exercida rotativamente entre seus membros, para mandato de um ano, permitida uma reeleição.

Art. 4.^o — Nenhuma remuneração será atribuída aos membros do Conselho.

Art. 5.^o — As atribuições e normas de funcionamento do Conselho serão fixadas em regulamento próprio no prazo de trinta (30) dias, a contar da vigência desta lei.

Art. 6.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A criação do Conselho Paranaense da Política de Emprego, além de ser uma nova contribuição da Assembléia Legislativa do Estado para estabilidade social, ocorre no momento que mais salta à visão de todos o grave processo de desemprego no País.

Suas atribuições e normas de funcionamento, que serão objeto de regulamento próprio, certamente irão obedecer com sabedoria os seus objetivos, sendo claro o combate sério ao desemprego.

O Paraná, há algum tempo, vem se preocupando com esta matéria. O jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, há perto de dois anos, abordou o assunto com insistência e, inclusive, motivou a Universidade Federal do Paraná a realizar pesquisa sobre o mercado de trabalho em nosso Estado. Aliás, é de autoria do ilustre empresário da comunicação social, frase lapidar, quando afirma que “o desemprego é mais cruel que a inflação”. ex-Governador Ney Braga determinou à sua administração, providências concretas através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio em estreita colaboração com o Sistema Nacional de Emprego - Pr. Também transferiu aos municípios a realização de inúmeras obras públicas, com recursos repassados através da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, permitindo assim a utilização da mão-de-obra localizada no interior.

Como a tarefa de combater o desemprego é da sociedade como um todo. O que se busca no corpo do projeto de lei apresentado à consideração dos Srs. Deputados é a maior representatividade possível dos vários extratos sociais da população paranaense.

Como autor da iniciativa, desde logo deixo marcado o interesse estritamente social do projeto, ao vedar qualquer espécie de remuneração aos membros do Conselho que se destina a consolidar a obra social traduzida pelo ideal de todos, que a meu ver, será produzida pelos paranaenses que, usando a sua inteligência, colocam à disposição do povo, o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou proceder à leitura do Ofício n.º 28/83, do Prefeito de Almirante Tamandaré, dirigido a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. (Lê):

“Senhor Governador:

Entendemos que é de seu interesse estar informado sobre a crise que se abate sobre o setor de ensino do Município de Almirante Tamandaré, razão pela qual lavramos este ofício, como Prefeito desta comunidade.

A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, vem pagando um total de 180 professoras, lotadas em 25 escolas estaduais, já há algum tempo, num dispêndio médio mensal de aproximadamente 5,5 milhões de cruzeiros, totalizando Cr\$ 66.000.000,00 para o corrente exercício.

O pagamento desse quadro de magistério vinha sendo coberto com repasses de recursos procedidos através de convênio com a FUNDEPAR. Ocorre que as cotas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março, já estipuladas em três milhões de cruzeiros, quantia portanto inferior ao dispêndio real, encontram-se bloqueadas naquela Fundação, sendo impossível ao Município proceder o pagamento dos vencimentos daquelas professoras e injusto que perante elas assumam compromissos remuneratórios que não poderá cumprir.

Visto que essas professoras estão lotadas em escolas jurisdicionadas pelo Governo do Estado, nada mais resta à Prefeitura que providenciar a sua dispensa, malgrado entender o prejuízo social que assistiremos com milhares de crianças ficando sem aulas em pleno período escolar.

Realmente não tem o Município mais condições de sustentar a situação, não obstante todo o empenho da administração. Seria única hipótese para contornar o problema, a imediata liberação das verbas retidas e a revisão destas cotas destinadas ao Município de Almirante Tamandaré, ou que o Estado assuma o ônus de manter, diretamente, a manutenção das escolas por ele jurisdicionadas.

Certos que a preocupação pela perspectiva de ver milhares de crianças sem aulas determinará solução urgente, como o caso exige, apresentamos manifestações de alta estima e distinta consideração.

(a) ARIEL ADALBERTO BUZZATO
Prefeito Municipal”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós conseguimos, ainda na gestão, nos últimos dias da gestão Hosken de Novaes, a liberação de três milhões de cruzeiros para auxiliar no pagamento das professoras municipais que lecionam em escolas estaduais; acontece que, esses três milhões estão bloqueados na FUNDEPAR. Não sabemos as razões, não queremos discutir também as razões, mas, quando nós sabemos que outros municípios aqui da região metropolitana, cujos Prefeitos pertencentes ao partido político do Sr. Governador, já receberam! Assim, o Município de Almirante Tamandaré não tem condições de manter essas professoras, professoras, notem bem os Senhores, prestando serviço em escolas estaduais! Os Prefeitos meramente devolveram, ao Estado, responsabilidades de contratações de pagamento dessas professoras. Mas, nesse processo de transição que vai ocorrer em Almirante Tamandaré, quanto prejuízo, quanto transtorno! De um lado, essas senhoras que vinham cumprindo sua missão com eficiência — presume-se que por necessidade de trabalhar — ficaram, de repente, sem seus empregos, em função de um ato do Governo.

Agrava-se, assim, o drama geral do desemprego!

Mas esta não é a consequência pior, pior são as crianças sem classes, crianças sem professoras, em pleno andamento do ano letivo! Pais, justamente revoltados porque vêem seus filhos ficarem sem escolas. E não compreendem, e não aceitam o absurdo! Ninguém realmente aceita!

Nós entendemos que as transições são transições, mas, precisam ser estudadas, pensadas, há que haver cautela em cada atitude, sob pena de “o remédio matar o paciente”, sobretudo num Estado de jovens, de crianças; numa hora em

que milhares dessas crianças ficarem sem escolas, reduzindo-se o seu desenvolvimento intelectual, reduzindo-se suas pequenas vidas, este Estado estará jogando fora aquilo que tem de melhor e de mais precioso!

Continuaremos este assunto, na sessão de amanhã.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto de desemprego, tão exaustivamente debatido nesta Casa e neste Brasil todo, tem causado uma certa polêmica dos Governadores, atribuindo responsabilidades ao Governo Federal e este por sua vez, não querendo interferir em problemas do Governo Estadual, por ser de competência dele, a solução de casos dessa espécie.

No entanto, não poderíamos deixar de, presente hoje nesta tribuna, num pequeno trabalho que elaboramos, tentar minimizar esse problema, oferecendo sugestões ao Governador José Richa. (Lê):

“O quadro preocupante que se verifica em todo o território nacional, quanto ao crescente índice de desemprego, é também e lamentavelmente, registrado em nosso Estado. O ano começou registrando variação negativa de 6,509, no nível de emprego. Isso significa que foram demitidos, no mês de janeiro, 44.228 trabalhadores, em todo o Estado, sendo contratados 37.719.

O Paraná, no entanto, é um Estado que se renova, graças principalmente à sua potencialidade agrícola. Ainda para este ano a estimativa da safra é de 38% do total da produção nacional. Só de café, cujos preços no mercado internacional alcançam hoje a maior cotação dos últimos anos, produziremos cinco milhões de toneladas.

Tal potencialidade econômica prevê encarar o futuro com otimismo, cabendo ao Governo do Estado, em contrapartida, municiar o empresariado com o instrumental necessário para estimular sua função social, gerando maiores oportunidades para ocupação da mão-de-obra.

Esta tarefa suplementar vem sendo pleiteada pela federação do comércio varejista que reivindica, além da redução da carga tributária, o redirecionamento dos investimentos públicos para atividades geradoras de trabalho, a aplicação dos recursos do FINSOCIAL, procedentes do Paraná, no próprio Estado, e a eliminação da burocracia para as pequenas empresas.

É sabido que o Governo Federal baixou norma legal isentando, do Imposto sobre a Renda, as microempresas industriais e comerciais, cujo faturamento bruto anual, inclusive o não operacional, seja igual ou inferior a 4.000 ORTNs.

Esta legislação, além de beneficiar mais de 50 mil empresas, representará economia aos cofres públicos, pois, a perda da arrecadação, se houver, será inferior a 1%. Entretanto, esta perda será compensada pelo menor gasto administrativo com a eliminação do recolhimento do imposto dessas empresas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo Estadual, seguindo tal exemplo, bem poderia adotar medidas semelhantes, visando incentivar as empresas de pequeno porte, pelos mesmos motivos que levaram o Governo Federal a assim decidir em relação ao Imposto de Renda, sendo perfeitamente viável isentá-las do ICM.

Estudos já existentes demonstram que 90,5% dos contribuintes eram formados por microempresas. O ICM por elas recolhido correspondia, entretanto, a apenas 9,8% do imposto arrecadado.

O Estado, assim, reduziria, substancialmente, os gastos públicos, em virtude da desnecessidade do recolhimento do ICM,

bem como contribuiria com o desenvolvimento e fortalecimento das microempresas com rendimento bruto anual, igual ou inferior a 4.000 ORTNs.

Este desenvolvimento e este fortalecimento, sem dúvida alguma, representariam melhores condições ao empresariado em sua função geradora de empregos, uma tarefa que deve ser de todos, a todos unir, para que se assegure neste País a plena justiça social e que evite as lamentáveis cenas ocorridas, recentemente, na Capital paulista."

É esta a contribuição que tínhamos a oferecer ao Governador José Richa, sabendo que eles buscam soluções. Opções várias existem. Esta é uma que deve ser acrescentada às muitas que já estão em mãos do Senhor Governador.

Era só, Sr. Presidente, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Lembro-me como se fosse hoje, na minha primeira Legislatura, há quatro anos atrás, fazia, desta mesma tribuna, um apelo ao Governo Federal juntamente com os Srs. Deputados, que comigo representam alguns municípios da Área de Segurança Nacional que não há eleições para escolha de seus mandatários, de seus Prefeitos municipais.

Lutamos por essas eleições, fizemos apelo através da tribuna, subscrevemos alguns telex de outros Srs. Deputados e continuamos com a nossa luta. Mas, uma surpresa o povo trouxe-me há poucos dias atrás, quando o CONAM - Comitê Pró-Autonomia dos Municípios de Área de Segurança Nacional, reuniu em algumas cidades do oeste paranaense, cidades de fronteira, as comunidades para fazer um apelo de baixo para cima, solicitando realizações de eleições.

O povo, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, não atendeu o chamamento do CONAM, não compareceu sequer, nem um por cento das populações daqueles municípios às concentrações públicas. Entendeu o povo que esta medida é pura e mera demagogia, daqueles que foram aos palanques públicos convocar o povo; achou o povo da minha região que este movimento deveria nascer em Curitiba. A primeira concentração deveria ser defronte a Prefeitura Municipal da Capital que também não tem prefeito eleito pelo povo.

E o Presidente do CONAM, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nível nacional, é o Deputado licenciado, hoje Prefeito da Capital, Maurício Fruet, que tanto combatia o regime de nomeações de Prefeitos. Mas aceitou, a indicação do Governador José Richa e hoje é Prefeito indicado da Capital paranaense. Será que o povo não compareceu às concentrações porque não querem eleições?

Não, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é porque eles viram a demagogia barata, porque eles estão usando dois pesos e duas medidas. Para o PDS não serve Prefeito nomeado, mas para o PMDB é uma solução nomear Maurício Fruet.

O povo quer e está preocupado neste momento, é com a segurança do seu lar no que concerne à educação, alimentação, saúde e moradia. É a maior preocupação num momento como este de crise nacional, quando vemos o desemprego grassando nosso País, a nossa Pátria. Nós precisamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, repensar, estudarmos como colocar a nossa gente, o nosso povo carente de sobrevivência para alimentar seus familiares. Não lutarmos, apenas e simplesmente, para comparecermos em uma praça pública sem uma mensagem maior, a não ser aquela de pedir uma eleição, quando este mesmo povo nomeia um Prefeito, indica um Prefeito sem o respaldo da sua população, do seu povo.

Não criticamos Maurício Fruet, porque entendemos ser um grande político, mas o ato, porque é o que o

povo quer: justiça!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Recentemente tivemos a oportunidade de ouvir pronunciamento em entrevista à imprensa televisada da professora GILDA POLI ROCHA LOURES - Secretária de Estado da Educação e ficamos perplexos quando aquela autoridade afirmava estar em estudo, e ser um de seus próximos objetivos, a desativação do uso do uniforme escolar, dizendo ser o seu uso uma falsidade de igualdade entre os nossos escolares; além de sua aquisição ser de extrema dificuldade para os pais.

Tais colocações nos surpreenderam, pois que: considerando que o uniforme escolar já é uma constante em nossos estabelecimentos escolares — até nas escolas da rede particular, seu uso é comum e bem aceito. Em escolas da rede estadual foi oficializado com aprovação desta Assembléia Legislativa conforme Lei nº 6511, de 17/12/73 cuja lei dispõe sobre a padronização dos uniformes escolares na rede estadual de ensino;

— considerando ser o uniforme escolar característico de ordem, disciplina dos alunos e da própria escola;

— considerando ainda, ser de extrema necessidade a continuação de seu uso, no sentido de que as disparidades sociais não sejam mais ainda chocantes e atinjam as crianças mais carentes como mais uma forma de diferença social e de violência;

— tendo em vista que as Associações de Pais e Mestres de cada estabelecimento escolar já têm em seu regulamento próprio — destinação de auxílio financeiro para aquisição de uniformes escolares às crianças menos favorecidas, cujos pais não dispõem de condições algumas para fornecer o uniforme a seus filhos.

Dai o valor de uma A.P.M. bem estruturada e dinamizada, como visa a SEED — através do setor de Coordenação das APMs e Setor de Assistência ao Educando. Citamos o exemplo de escolas de Cascavel, onde conhecemos suas APMs e sabemos que crianças com maiores necessidades são atendidas no seu uniforme escolar.

— Sem o uniforme escolar, crianças privilegiadas iriam até mesmo fazer desfile de modas nas escolas, enquanto outras já sofridas pela sua própria vida, iriam até talvez maltrapilhas para aula, de forma que teriam mais realce as diferenças sociais entre elas, fazendo sentirem, sem sombra de dúvida, mais complexadas que a própria condição social lhe obriga.

Pergunta-se por que a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação não se preocupa com a melhoria do ensino, melhoria para os professores; por que não pensa em por em prática junto ao Governo do Estado, um quadro tão desejado pela classe que é o dos Administradores, evitando com isso a famosa lista tríplice que, depois de ser eleita segundo suas palavras, passará por crivo político. Isto sim, seria produtivo e não dedicar o seu precioso tempo em acabar com uma organização positiva já de muitos anos existente que é o uniforme nas escolas; o que, aliás, só traz benefícios.

Vejam, nobre Deputados: por exemplo, numa rua, onde nossos guardas de trânsito ou policiais que estão auxiliando e zelando pelos nossos escolares, como, sem o uso do uniforme, os identificariam? E em situações de uma emergência para protegê-los e dar-lhe a segurança tão exigidas por todos nós pais, nos dias tão difíceis porque passamos? Até mesmo para os transeuntes seria embaraçoso esta identificação. Surgiriam, é claro, situações embaraçosas

onde alunos seriam tomados como crianças da rua, levianas ou até marginais...

Lembramos ainda, que por ocasiões de atos cívicos, desfiles pátrios etc. de tanto valor para a formação integral preconizada pela Lei da Reforma de Ensino, onde se dá uma conotação de brilho, de estética, de "Ordem e Progresso", porque não dizer, toda a participação uniformizada de nossos estudantes teríamos um quadro destoante, empobrecido, sem realce, e mesmo sem brilho à própria solenidade.

Frisamos o perigo a que ficam expostos nossos escolares, quando em solenidades de participação pública muito grande, possam até mesmo elementos estranhos misturarem-se entre os estudantes, pondo em risco nossas crianças.

Até mesmo dentro do pátio de uma escola, que oportunidade para pessoa mal intencionadas (e isto nos dias de hoje é comum) se infiltrarem com maior facilidade nos ambientes escolares expondo o local da escola a maiores perigos.

Apresento meu voto de protesto contra tal pensamento da Excelentíssima Senhora Secretária da Educação visando a continuação de ordem, disciplina em nossos estabelecimentos através do uso de uniforme escolar.

— Com referência a alunos maiores, a falta deste uniforme fará surgir problemas mais sérios com relação aos exageros que surgirão no modo de trajar, às vezes, até abusivo para uma sala de aula, atentando até mesmo contra o pudor de nossa sociedade.

Só nos resta dizer um não à desativação do uso do uniforme escolar. Será que depois desta a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação não terá interesse em ir contra o Decreto nº 5804, de 07 de julho de 1980, que também teve a aprovação deste Parlamento, deixando liberado o uso do fumo em ambientes escolares."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos já em outras oportunidades abordando o tema do desemprego e, mesmo não sendo profetas, já antevíamos naqueles pronunciamentos a calamidade, a dramaticidade que iria se desenvolver e que viria trazer o caos em que hoje vivemos.

É de mais palpável o drama social do desemprego e nós que temos defendido o menos favorecido, que temos procurado ir de encontro àqueles que sofrem, temos procurado também chamar a atenção principalmente do Governo Federal, através do Ministro do Planejamento, do Ministro da Fazenda, do Presidente do Banco Central.

Já abordamos em vários ângulos este problema. Mas a nossa imprensa também não está omissa. Ela está vigilante, está procurando ensinar que todo o povo tome conhecimento de todos os seus pormenores, inclusive com análises sintéticas, ao alcance de todo o povo do Paraná.

É por isto que venho a esta tribuna trazer um requerimento pedindo a transcrição, nos Anais desta Casa, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", no último domingo, dia 10 de abril, sob o título: "Emprego e a Crise Econômica". E a transcrição ora solicitada, cinge-se ao grande alcance da publicação e a lucidez e inteligência com que a mesma encara este momentoso e hoje o renitente problema nacional, que vem atingindo, de maneira contundente, o nosso Estado.

A profundidade da análise contida nas linhas do editorial, tem um magnífico poder de síntese do articulista e merece nossa máxima atenção e solidariedade pela forma séria e construtiva da abordagem do assunto. O alerta ali contido

para o drama do desemprego e, mais ainda, para o drama maior do subemprego e da responsabilidade que cabe ao comércio, indústria, agricultura e poder público, mais que um alerta, é uma solicitação veemente de tomada de consciência e a necessidade de assumirmos as responsabilidades decorrentes desta denúncia.

Merece destaque também o enfoque sobre a pesada carga imposta às empresas, na folha de pagamento de seus funcionários, decorrente dos denominados encargos sociais que, muitas vezes, chegam a onerar a retribuição salarial em mais de 30%.

Ademais, tece críticas com a finalidade construtiva sobre o modelo econômico e mesmo sobre a política de empregos e impostos dele decorrentes, mostrando o pesado fardo que as empresas suportam com tributos excessivos, caracterizando-se aos principais fatores de desemprego no País. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós parabenizamos a "Gazeta do Povo", através deste editorial tão objetivo, tão concreto e tão atual, para que faça parte dos Anais desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começa a reportagem do "Jornal da Manhã", da cidade de Ponta Grossa, no dia de domingo, 10 de abril deste ano, com a seguinte introdução:

"Um cheiro de urinal revoltante, um quadro de desespero e surpresa para alguns. Paredes vulneráveis e transponíveis até com "garras afiadas" gerando a necessidade de permanência de um plantonista movido a uma metralhadora, circulando diuturnamente pelas ruas confluentes da Praça Roosevelt".

O título é: "Cadeia: o Local Infame de Ponta Grossa".

Prossegue a citada reportagem:

"Qualquer relatório, por mais favorável que possa parecer estabelecerá uma visão da situação caótica que se encontra a cadeia. A mistura descabida de presidiários perigosíssimos com marginais de primeira instância e a inversão de valores, é algo impensado. Os crimes de alçada privada pareceram favoráveis e mostram uma situação completamente destoante do que é humanismo e fraternidade, numa época de plena configuração do desrespeito à individualidade."

Prosseguindo, coloca o jornal: — "O Vereador Ângelo Pilatti Júnior foi extremamente feliz ao levar Promotores, Juizes, Vereadores, representantes de classe e toda a sorte de testemunhas ouvíveis e credenciadas para mostrar a o aspecto ingnominoso em que vivem os detentos de Ponta Grossa."

"As presenças nessa visitação à cadeia pública de Ponta Grossa, foram as mais importantes. Convites feitos e aceitos pelas autoridades Milton Carlos Cenovicz, Juiz de Menores; Nei Roberto Guimarães, Juiz Criminal da 1ª Vara; Ademir Fabrício de Mello, Promotor de Justiça; Volnei Tives, Delegado de Polícia; Cliceu Luís Bassetti, Presidente da OAB, em Ponta Grossa; César Travajaro, Presidente do Clube dos Advogados; Poran Brasil Berger, do Rotary Clube Ponta Grossa Sul; Capitão João Jorge, comandante do I Grupamento de Incêndio; Aimoré Índio do Brasil Pereira de Moraes, Presidente Comandante do 1.º Batalhão de Polícia Militar; Vereadores de ambas as bancadas e a imprensa de um modo geral."

Diz ainda, o referido jornal, da opinião do Vereador Ângelo Pilatti Júnior, que coloca como conclusão: "Meu ponto de vista é, portanto, pela construção de um local mais digno, mais higiênico e sobretudo, mais humano, pois não será com

ódio que se poderá construir novas mentalidades.”

A propósito da falta de segurança da cidade de Ponta Grossa, a Associação Comercial da cidade de Ponta Grossa fará realizar um debate sobre o tema, buscando no esforço comunitário, inclusive, meios para complementar a ação do Estado, que vem se demonstrando ineficiente, levando, conseqüentemente, a ação policial a ser lamentavelmente ineficaz.

É, portanto, indispensável, a tomada de providências urgentes, objetivando a pronta satisfação dessa necessidade uma vez que o prédio velho e histórico e que abriga a detenção local em Ponta Grossa, não atende às mínimas condições de segurança.

Assim sendo, louve-se, portanto, a iniciativa do Vereador Ângelo Pilatti Júnior e das autoridades do Executivo, do Judiciário e do próprio Legislativo Municipal que integraram a referida comissão, pois, além do registro das graves condições relatadas, a certeza de que muito contribuirá para que por parte das autoridades competentes do Executivo, quer sejam elas a nível estadual, ou municipal, agilizem a pronta execução do projeto de edificação de uma nova cadeia pública e que atenda assim mais satisfatoriamente as exigências do atual estágio do desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, neste plenário, dos Vereadores Elder Pilatti e Miguel Pedrin, do Município de Turvo, bem como, a presença do Líder partidário René Bandeira.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Ao ocupar a tribuna desta Casa, devo manifestar-me com objetividade sobre os problemas e questões que estão presentes na vida de todos os brasileiros.

O recente episódio de 15 de novembro demonstrou claramente que a maioria da comunidade optou pela mudança, dizendo um basta ao arbítrio e à prepotência do Governo Central. Até por isso, e antevendo o resultado, trataram os homens do Governo de turbá-lo impondo-lhe limitações.

Assim foi o caso da vedação de coligações, do voto vinculado e da mudança matreira no colégio eleitoral, transferindo peso indevido ao Nordeste pela mudança de critérios que até então, norteava a composição da Câmara Federal.

Aumentou-se ficticiamente a representação nordestina, que na totalidade se previa pedessista, tanto que, na empolgação dos resultados pretendem fazer o próximo Presidente e impor medidas econômicas visando unicamente a transferência de recursos produzidos no Sul para o Nordeste. Recursos esses que lá chegando são distribuídos de forma desordenada indo beneficiar aqueles que na realidade não precisam, pois vão atender aos apaniguados do Governo e dar sustentáculo ao coronelismo.

Mas o quadro geral, embora maltratado não deixa de representar profundo golpe ao sistema dominante, claramente expressado pela carranca e total mutismo presidencial até meados de março.

Só agora, mal refeito do golpe e premido pela crise econômica que não é de responsabilidade da população, esboça o Governo uma tentativa de diálogo.

Todavia, não cessa a fábrica de artifícios a produzir casuísmos que visam também desviar a classe política da objetividade do debate.

Veja-se neste passo, a futilidade que engolfa a questão do voto distrital, que não é mais que uma forma de minar as oposições atirando à sanha dos grupos econômicos a representação

parlamentar.

Todavia, não podemos esquecer que a questão principal do diálogo, do consenso e da harmonia, talvez não sinceramente procurada pelo Governo, passa pela **reforma constitucional pela autonomia dos municípios, pelo retorno de todas as prerrogativas do Poder Legislativo, pela reforma da anacrônica Lei de Segurança Nacional e pela eleição direta do Presidente da República.**

Chamo a atenção de meus Pares, para o crucial momento brasileiro que atribui à classe política, o dever de acertar, pois, qualquer erro que aconteça nesta delicada quadra poderá deflagrar processo de natureza incontrolável.

O povo brasileiro chegou ao seu limite físico de suportar as medidas decretadas (ONDE O DIÁLOGO?) pelo Poder Central que traduzem sempre, via de regra, o arroxo salarial — vide mudança na lei — o fácil recurso de gerar arrecadação pelo lançamento de novos tributos e acréscimo de outros, a fim de amainar a pantagruélica fome da descontrolada e decabelada máquina administrativa do Governo. Exemplo típico, é o preço da gasolina cuja matéria-prima, distribuição e refino correspondem cerca de 42% do preço total, sendo a parte restante consumida por impostos, subsídios e fundos para o programa de álcool, carvão e energia nuclear.

É bem recente o aumento das quotas devidas à Previdência Social; a criação do FINSOCIAL que gera mais inflação, via repasse em cascata do tributo ao consumidor, sem saber ao menos concretamente para onde se dirigem os recursos postos diretamente à disposição da Presidência da República, com objetivo unicamente eleitoral.

Sabe-se tão somente o que diz a propaganda massacrante do Governo, nos órgãos de imprensa.

Se na área de saúde, apesar do violento acréscimo de recursos, a população está cada vez menos recebendo assistência médica; na educação, a falta de verba é crônica, estando todos os educadores afônicos de tanto clamar a atenção do MEC para esse gritante fato.

O nosso investimento do futuro, que são notadamente os estudantes e formação de quadros dirigentes, que têm papel preponderante na Universidade, deve ser repreendido e incrementados imediatamente porque o Brasil hoje já sofre com a falta de quadros.

É importante, nessa área, já que os recursos não vêm e não virão até onde alcança a vista, que nossa Universidades se integrem cada vez mais à comunidade, para que surjam daí soluções que a aprimorem, dêem noção aos estudantes da realidade que os cerca e os ajudem a melhorá-la.

A tecno-burocracia que infelicitiza a Nação, leva para uma crise eminente com possível comoção na área sindical.

Os movimentos trabalhistas já se organizam e as “cassandras” sempre dispostas a utilizar qualquer reclamo das classes trabalhistas como espantalhos para golpes, estão de prontidão.

É por isso, que afirmamos que o Legislativo precisa tomar a liderança e traduzir os anseios do povo sob pena de ir à reboque e não resolver a questão. E ao invés de aí, o Governo exercitar seu famoso diálogo, o que se vê é uma tentativa mal disfarçada de manipular o INPC numa reedição do que aconteceu no início da década passada, quando o Ministro já era o hoje onipotente Sr. Delfim Neto.

A tentativa foi escorçada pela coragem de alguns funcionários do IBGE. Mas, por certo, não se desistiu do intento, que tem como único fito desvalorizar o trabalho de quem produz.

De outro lado nota-se o recrudescimento da aplicação da Lei de Segurança Nacional, na imprensa.

E desta arma, o Governo não quer abdicar, pois, com ela, dá vazão à sua arrogância ao mesmo tempo que pretende

cabrestar os jornais e o máximo que aceita é reduzir sua violência.

Enquanto dança-se o minueto da trégua presidencial, montada a partir do relatório do Ministro Ruben Ludwig, que foi um plano elaborado para quebrar a impressão do imobilismo da administração e dar-lhe conotação de eficiência e atividade, como aliás, foi dito pelos jornais: existem 750.000 desempregados só em São Paulo.

A situação econômica é simplesmente catastrófica e inicia-se pelo fato de ser o Brasil o único País no mundo a não ter um orçamento definido (existem dois, um dito orçamento monetário e outro, orçamento fiscal) o que impede a regular a fiscalização do Legislativo e o acompanhamento da receita e despesa pública, direito primeiro do contribuinte o que permite ao Governo gastar desbragadamente aquilo que não tem.

Além disso, não podemos deixar passar despercebido, que as empresas estatais, um mundo à parte, que movimenta mais recursos que o próprio orçamento, não se submetem ao Controle do Tribunal de Contas da União.

Neste quadro de descalabro administrativo, não espanta que a relação entre a dívida externa e o PIB (Produto Interno Bruto) chega a 31,4% e a esquecida dívida interna reconhecida pelo Governo é de 8 trilhões e quinhentos bilhões de cruzeiros, quando cálculos mais realistas admitem que ela já superou quase 10 trilhões.

Assim admitindo a hipótese absurda de que se toda a Nação quisesse quitar a sua dívida, teria que destinar cerca de cinco meses ou mais, de toda a atividade econômica, toda a produção de riqueza, todo o produto gerado nesse período, para o pagamento do nosso débito. Isso equivale dizer, que o brasileiro não poderia comer, não poderia vestir nesse período, para toda sua produção, sua renda, ir às mãos do capitalista estrangeiro.

As nossas reservas cambiais foram quase reduzidas a zero quando, no fim do ano, o Brasil praticamente faliu, sendo salvo à undécima hora pelos capitalistas estrangeiros a um alto custo. Basta ver que os recursos levantados ao FMI e aos banqueiros, embora repassado, não chegaram ao Brasil, vez que lá mesmo ficaram para cobrir os juros devidos, restando à Nação a acabrunhante condição de estar pagando juros sobre juros. Para nós só veio uma nova dívida.

Aliás, a ida ao FMI é marco importante no processo de entreguismo que nós atravessamos e chega a nível de podermos afirmar, sem que ninguém nos conteste, que o Brasil é governado de fora. A famosa carta de intenção do Governo brasileiro ao FMI demonstra o processo de mistificação da verdade, pois, as medidas nela contidas e as determinações do Fundo até tinham sido preparadas e adotadas por antecipação para dar a impressão de que não foram impostas.

O modelo econômico que passamos a adotar se traduz por duas características fundamentais: é recessivo e inflacionário. Os cortes impostos a investimentos, o déficit orçamentário e do balanço de pagamentos conduzem o País a uma grande recessão econômica mais sentida justamente pelas camadas de baixa renda, vez que historicamente, os mais ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

O modelo econômico brasileiro adotado a partir de conceitos importados do exterior não repercutiu a realidade nacional e levou o País, pela via do autoritarismo, da prepotência, da violência e da censura aos órgãos de imprensa à situação em que se encontra.

A famosa frase "exportar é a solução" levou o Brasil a adotar posturas voltadas para fora, descuidando do mercado interno e criando uma série de atrativos de exportação; claro que bancado por toda a população brasileira, pois, a redução do preço ao consumidor externo é repassado ao angustiado consumidor interno.

Todavia, esses atrativos custosos à população, não ajudam

a vender o nosso produto e a polêmica maxi-desvalorização lançada como último recurso ao incremento das exportações não está produzindo resultados satisfatórios, tornando evidente que o saldo pretendido pelo Governo jamais será alcançado.

É sintomática a fala presidencial dirigida ao Congresso Nacional quando diz: "No Brasil a variação dos preços de exportação acarretou queda de relações de troca de quase 22%, apenas nos últimos dois anos, e de quase 40%, se tomarmos por base o ano de 79".

Não é à toa que nossos produtos agrícolas, à custa de subsídios, é colocado no mercado internacional muitas vezes abaixo do preço de custo, como é caso típico o açúcar. Afirma o Sr. Presidente "que a redução dos valores de exportação, deveu-se unicamente à queda de preços no período 80/82 já que o volume cresceu cerca de 16%.

É nisso, Srs. Deputados, que deu o modelo econômico exportador levado avante sem diálogo e sem trégua pelos últimos Governos. O número mágico de seis bilhões de dólares de saldo comercial necessário à sobrevivência econômica do Brasil em 84 é, pasmem Vossas Excelências, para que o déficit de transações correntes não ultrapasse 6,9 bilhões de dólares, que o Governo Federal tentará cobrir com novos empréstimos internacionais.

Agora, parece que dada à gravidade dos fatos, o Governo busca o diálogo e já revê seus programas ufanistas como o nuclear e a desaceleração de outros projetos não prioritários. É que agora a Nação está desperta, não acredita mais nas mentiras que lhe foram impostas e nem na equipe econômica do Governo que está a se desmentir a toda hora chegando ao ponto de termos que acreditar na negativa quando eles afirmam alguma coisa, por exemplo: a negação peremptória de não ir ao FMI, os constantes desmentidos aumentos de combustíveis, a taxa de inflação anual de 70% para 1983 e tantos outros.

Aliás, se o Ministro Delfim Neto fosse o "Pinóquio", poderíamos imaginar o tamanho de seu nariz.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para que possamos avaliar com maior profundidade todos os desmandos, que o Governo vem praticando neste País, mister se faz necessário que nos reportemos também, um pouco para o palco da agricultura brasileira. Palco este, onde os detentores do poder apresentam com pontualidade britânica suas tragi-comédias.

É fácil nos aperceber, que o crescimento da agricultura sempre se verificou estribado no capital internacional, encaminhando nossa economia para a monopolização, causando-nos por esse motivo, um elevado grau de subordinação.

Máquinas, adubos químicos, pesticidas e demais insumos modernos foram levados de forma agressiva e maquiavélica ao campo, que aos poucos foi perdendo sua característica primordial como produtor, tornando-se um mercado consumidor em potencial.

A modernização de nossa agricultura, fugindo aos interesses pátrios, direcionou a produção para as culturas temporárias. Com isso a sazonalidade do emprego revolucionou as condições do mercado de trabalho rural, expulsando o homem do campo, formando grandes levas de trabalhadores volantes, hoje por todos conhecidos como "Bóias-Frias".

Pouco depois do golpe de 1964, uma luz parecia brilhar no horizonte agropecuário nacional. Surgia o Estatuto da Terra. Àquela altura acreditava-se que a implantação do Estatuto da Terra viria a eliminar as tensões sociais, promoveria novos empregos. Nada disso aconteceu. Como também, não aconteceu a Reforma Agrária.

Na verdade a idéia da reforma agrária foi aos poucos sendo abandonada e se restringindo a algumas raras e esporádicas desapropriações. É fácil de se entender que não havia grande interesse no sucesso de uma efetiva reforma

agrária, pois isso, não iria atender aos interesses dos grupos econômicos e da classe dominante no campo.

Aliás, se houve Reforma Agrária neste País, mesmo que em parte, ela foi às avessas, pois, o que se fez foi promover e acentuar a concentração de rendas e terras.

De 1968 a 1979, a modernização tecnológica da agricultura atingiu o seu apogeu e a concentração e centralização do capital se acelerou.

A produção de alimentos para o consumo interno entra em colapso. A transformação da estrutura fundiária foi abandonada. Cresce a produção de máquinas agrícolas. O crédito rural passou a ser vinculado ao uso de insumos modernos, na maioria das vezes importados, beneficiando mais uma vez os grandes grupos econômicos, muitos deles, com capital e interesses multinacionais.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Enquanto a modernização agrícola avança, a população rural é expulsa do campo, indo para os centros urbanos, agravando ainda mais os já seriíssimos problemas aí existentes.

Em 1940, 68% da população brasileira estava no meio rural. Em 1960, a taxa era de 55% e em 1980, de apenas 32%.

O que aconteceu com esta gente que foi expulsa da agricultura? A resposta todos nós conhecemos.

Contudo e apesar disso tudo, nossa produção agrícola vem aumentando dia a dia. Porém, esse crescimento físico da produção é inferior ao crescimento da população, o que tem contribuído para um crescente pelotão de fome.

Dados do IBGE nos mostram que a produção para exportação cresceu significativamente entre 1977 e 1981, enquanto as culturas destinadas ao suprimento de nossa população registraram fraco desempenho. A safra de arroz, por exemplo, foi 4,6%, menor em 1981 em relação a 1977; a safra de feijão foi superior apenas em 2,4% que a de 1977; a batata teve um declínio de 93%; a mandioca, 1,1% e o trigo, 62,1%.

A soma das safras de todos os grãos, neste período — 1977 a 1981 — configura uma expansão de apenas 4,1%, enquanto a população brasileira apresenta um crescimento de 10%. Mesmo que incluíssemos os produtos de exportação, ainda assim, o crescimento populacional é superior ao crescimento da produção.

Se voltarmos nossos olhos para o setor pecuário vamos encontrar uma situação desalentadora, no que diz respeito à produtividade de nossos rebanhos. Basta dizer que a taxa de desfrute de nosso rebanho bovino é inferior a 15% enquanto que em que outros países, esta taxa atinge até 40% de desfrute ao ano.

Podemos afirmar que hoje nada existe de concreto, afora os programas de saúde animal, com o objetivo de melhorar nosso setor pecuário.

E por isso perguntamos: onde estão os estímulos para o desenvolvimento da suinocultura, da avicultura, da pecuária de leite? Onde está a prioridade agrícola para cada um desses setores?

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil não tem sido capaz de produzir leite e carne em quantidades suficientes para alimentar de forma adequada a população. Segundo a FAO, haveria necessidade de dobrarmos a capacidade produtiva de nossas fazendas.

Para finalizar, gostaríamos de lembrar que toda vez que o Governo é questionado sobre os pontos negativos de sua política agropecuária, ele rebate dizendo que a agropecuária tem recebido atenção especial, haja visto os subsídios destinados ao setor. Isto não é o que pensa e diz o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat, que afirma ser a nossa agricultura apenas aparentemente subsidiada, haja visto que paga todos os impostos diretos e indiretos e não se beneficia das isenções concedidas, por exemplo na exportação de manufaturados, além de se achar sujeita a contingenciamentos e confisco cambial.

A agricultura nacional jamais foi subsidiada em termos reais. O volume de subsídios concedidos não compensa o que lhe é retirado por intermédio de mecanismos tributários e de controle de preços.

Muito mais poderíamos dizer. Porém, nosso tempo é escasso. O Brasil que temos ainda, não é aquele que queremos. Por isso devemos continuar lutando cada vez mais em busca da nossa liberdade e soberania."

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, em primeiro lugar, quero agradecer a Vossa Excelência o aparte e, em segundo lugar, dizer a Vossa Excelência o seguinte: nós temos ouvido o discurso de Vossa Excelência, como de alguns outros companheiros seus, e, temos visto que, realmente, é um padrão só, com o qual concordamos em grande parte.

Mas, gostaria que Vossa Excelência, como Deputado do PMDB, portanto, do Governo Estadual, começasse também a adentrar, após esta breve e brilhante introdução, os problemas do Estado do Paraná.

Nós estamos a reivindicar e estamos junto com a voz da população também — que partiram dos palanques políticos, algumas promessas, que, até agora, não foram ditas quando serão cumpridas.

Precisamos, Sr. Deputado, do esforço de Vossa Excelência, que demonstra com brilhantismo na tribuna, nesta tarde, para que também, junto às vozes daqueles não demagogos, como é o caso de Vossa Excelência, junte-se à voz dos homens sérios, dos Parlamentares que realmente vieram a esta Casa representar o povo, e, comecemos a pressionar o Sr. José Richa, que é Governador do PMDB, que teve um voto de confiança espetacular, da população paranaense, e que até agora tem se furtado a sequer tocar nos assuntos 13º salário e Semestralidade do Reajuste de Vencimentos, enfim, promessas feitas, em tempos de eleição!

Portanto, Sr. Deputado, concordando, em parte, com as críticas de Vossa Excelência faz ao Governo Federal, eu pediria que Vossa Excelência usasse o mesmo bom senso, o mesmo brilhantismo para também exigir do Sr. Governador deste novo PMDB, deste famoso Governo participativo, desta democracia participativa que, até agora, infelizmente, não nós, mas o povo, ainda não sabe onde está!

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e digo que, oportunamente aqui estaremos, também falando objetivamente das coisas do nosso Paraná. Hoje, nós pretendemos dar um relance ao aspecto brasileiro como um todo, onde o Paraná, por conseguinte, está inserido, e, os problemas que nós estamos aqui levantando, todos eles são, também, do interesse do Paraná!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência Sr. Deputado Pessuti, este ato de conceder-me um aparte, apenas para complementar as palavras do ilustre Deputado Gabriel Sampaio.

Como podemos falar em Brasil, se não arrumamos a nossa casa? Como podemos falar da casa do vizinho, se não arrumamos a nossa? Como podemos falar no Brasil no seu todo, quando o Paraná hoje é uma patrulha ideológica? Como podemos falar, Sr. Deputado, Vossa Excelência que quer ver o Paraná, no contexto da nossa Nação, como podemos falar, quando vemos aqui, o Sr. Governador José Richa a discutir com os empresários o problema do desemprego, se o seu Partido é o primeiro a gerar desemprego, se o seu Partido é o primeiro a "botar na rua", homens de 15, de 18, de 20 anos de serviço, que também são brasileiros, que também são paranistas, que também merecem a confiança,

ou pelo menos, a dignidade de terem um censor, mas, um censor aberto, não um censor de uma patrulha que está levando este Governo de boa vontade, ao caos! Que está levando, Sr. Deputado que deu-me este aparte, que está levando este Governo, à decepção, um Governo que está liderado por um homem como José Richa que eu, como seu adversário, o admiro, mas que, a sua equipe está a "botar homens na rua", homens que também são chefes de família, seus filhos também tomam leite, também comem feijão e também precisam de um lugar ao sol! A decepção, Sr. Deputado, deveria partir de Vossas Excelências. Vossas Excelências deveriam arrumar a casa, deveriam fazer um inquérito, fazer um censo, fazer uma patrulha e fazer como fez Nero, ver quem são os seus adversários, pelo simples crime de pertencerem ao PDS? ! Os homens, as mulheres, as pessoas, que também precisam de pão, precisam de alimento e lenitivo, estão sendo alijados, com 10, 20, 30, 40 anos de serviço, nada valem; basta que a pessoa haja trabalhado pelo PDS; basta que a pessoa tenha sido sincera, Sr. Deputado, com a sua própria consciência, então estão sendo alijados! Se Vossa Excelência quiser, apenas a título de cooperação, peça a eles que parem, que apenas, como disse Camões, "que cesse tudo quanto a antiga musa canta".

Traremos a Vossa Excelência, Sr. Deputado, a barbaridade que está se fazendo em nome desse homem em que muito acredito, que é da minha região, que é Sr. José Richa. Vossa Excelência diga ao seu Chefe, ao seu Governador, que, mande parar com as patrulhas, por favor, em nome do Paraná, em nome do Brasil, para que Vossas Excelências tenham força moral, para que Vossas Excelências da Bancada do PMDB tenham força moral para virem falar em moralidade, para que a perseguição não campeie, para que se não volte aos tempos de Nero e de Calígula!

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Gabriel Manoel e gostaria de apenas lembrar não só a ele, mas a todos os companheiros aqui presentes, que embora não partilhemos dessa idéia de "caça às bruxas", eu queria apenas lembrar que também não são os Deputados do PDS que têm agora que vir contestar se isso acontecer, porque nós pessoalmente, por três vezes, fomos degolados de nossos empregos, por defendermos uma ideologia oposicionista, por sermos do MDB e depois do PMDB.

Então, se o Governo José Richa comete isso hoje, devem vocês ter a memória boa a lembrar que nos últimos vinte anos, isso aconteceu com uma certa freqüência e até com certa naturalidade.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. ORLANDO PESSUTI — Concedo, pela ordem, o aparte ao Sr. Deputado Paulo Cesar Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, a sua explanação é uma explanação brilhante, e na realidade, o que acontece no Paraná hoje, é uma transformação que começa pela base, mas que nós temos consciência de que as palavras de Vossa Excelência, representam a estrutura que está imposta a uma Nação. Uma estrutura autoritária, uma estrutura que está vendendo o País ao estrangeiro e que, efetivamente, nós como base, estamos praticamente no início de uma mudança difícil. Porque aqueles que sempre seguraram a estrutura que aqui esteve, ainda hoje, se arregam, se arraigam e se agarram na raiz da desesperança para tentar impedir, nas mínimas mudanças, que o Governo do PMDB vai fazer.

Mas, não há dúvida alguma, que as vossas palavras traduzem o sentimento do povo brasileiro, que é de alteração e que o próximo passo, é de alteração do Poder Central sustentado pelo PDS, a nível Federal e sustentado pelo PDS, a nível desta Casa. Contra a mudança, a favor do continuismo e a favor do entreguismo que o Governo Federal tem feito a esta Nação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Concedo, agora, aparte ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência traz a esta Casa, na tarde de hoje, um ligeiro balanço da situação caótica que o País atravessa. Vossa Excelência traz a esta Casa um ligeiro balanço daquilo que se fez no País ao longo de dezenove anos de desmando, de arbítrio, onde o povo nunca foi chamado a dar o seu palpite, a dar o seu parecer, a dar a sua participação.

E hoje, quando encontramos inúmeros Estados da Federação, liderados, governados por nosso Partido, PMDB, e quando encontramos no início desses governos, a cobrança, sistemática, por parte do PDS, nesses Estados, mesmo com Governos que assumiram a menos de um mês. Nós achamos que Vossa Excelência foi muito feliz, quando trouxe para esta Casa, nesta tarde, esse depoimento.

E o PMDB, não pode e não deve abrir mão dessas denúncias, enquanto perdurar esse estado de coisas. É preciso que o PDS entenda, que se ele, PDS faz oposição em São Paulo, ao Governo de São Paulo, faz oposição ao Governo do Estado do Paraná, faz oposição em outros Estados da Federação, esse direito nós não lhe tiramos. É preciso também, que o PDS entenda que o direito é nosso, sagrado do PMDB, de continuar cobrando a mostrando os desmandos praticados nessa Nação. E digo mais, Sr. Deputado, nós do PMDB vamos defender o Governo do PMDB. Não o Governo do José Richa, mas o Governo do PMDB, representado pelo Sr. José Richa.

Vamos defendê-lo sim, toda a Bancada. Agora vemos que cada vez que um Deputado do PMDB traz um assunto desta natureza já há uma grita por parte de alguns ilustres Deputados do PDS, e eu entendo esta situação. Porque realmente o senhor defender o Governador do Estado do Paraná; é possível o senhor defender o Governo do Estado do Paraná; mas é absolutamente impossível, nem com mágica seria possível defender o governo federal, o governo do PDS que está mandando nesta Nação.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço os apartes que nos foram oferecidos neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade na semana passada, como membros do CONAM, realizarmos na faixa de Segurança Nacional, manifestações em prol da autonomia dos municípios.

Diga-se de passagem, manifestações dos mais elevados níveis e com grande participação popular. Mas, quando chegamos aqui em Curitiba, percebemos que notícias distorcidas, para cá, foram trazidas, veiculadas, inclusive em jornais, matéria paga, diga-se de passagem, trouxeram os fatos totalmente distorcidos; e com matérias parciais, faltando, portanto, com a verdade.

E a prova é esta, inserida no jornal "A Gazeta do Povo", e é importante frisar, que não é notícia do jornal "A Gazeta do Povo", mas matéria trazida neste jornal, inclusive caracterizada com o círculo preto, como sendo matéria paga pelos interventores, certamente usando o dinheiro do povo, para distorcer o fato, porque realmente a manifestação foi um sucesso total. A manifestação ordeira e com grande participação de populares. E para ilustrar isso basta dizer que em Santa Helena, numa terça-feira, às 10:00 horas da manhã, portanto, horário de trabalho, após uma intensa chuva, estivemos lá reunidos na frente da Prefeitura Municipal, na frente da Casa do Povo; mais de trezentas pessoas,

clamando e reivindicando pelo seu direito inalienável de eleger seu Líder maior, ou seja, seu Prefeito Municipal.

Tivemos, na quarta-feira, às 4:00 horas da tarde, em Guaíra, outra manifestação espetacular, ordeira, e com o povo participando intensamente. Se reuniram, conosco, mais de setecentas pessoas, pedindo a saída daquele Prefeito, interventor biônico, que lá está há aproximadamente vinte anos, naquela Prefeitura Municipal.

Tivemos a manifestação, em Medianeira, a maior de todas, com mais de mil pessoas participando, aplaudindo. Nós, que lá estávamos para clamar por este direito que é do povo, que é de eleger o seu Prefeito Municipal.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA — Em São Miguel, realmente não foi uma manifestação espetacular; mas foi a contento e lá tivemos a oportunidade de contarmos com a presença de aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas e em Foz do Iguaçu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos um lugar que realmente, é difícil de reunir o povo; uma manifestação em frente da Casa do Povo, em frente à Prefeitura Municipal com a participação de mais de quinhentas pessoas, que foram lá reivindicar o seu direito; foram lá dizer que não suportam mais o Coronel Clóvis Cunha Viana, interventor na Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, alcançarmos o nosso objetivo, voltamos da nossa região fortalecidos, e com os ânimos redobrados para continuarmos estas manifestações e haveremos de fazê-las. Percebemos, e, hoje, tivemos a oportunidade de ouvir as palavras do grande Deputado Tércio Albuquerque, que tira o mérito da nossa manifestação pelo fato de termos aqui em Curitiba, um Prefeito que realmente foi indicado e foi nomeado.

Agora, Vossas Excelências, Srs. Deputados, que isso alegam, esquecem que nós somos forçados a preencher estes cargos, porque isso é uma imposição da própria lei que foi criada, que está sendo sustentada pelo partido pedessista no Congresso Nacional.

Hoje tivemos eleições para Governadores estaduais, porque o povo se manifestou, porque o povo veio à rua, gritou e reivindicou o direito de eleger os seus Prefeitos.

E só conseguiremos realmente, devolver esses direitos e essa autonomia para o povo dessas áreas de Segurança Nacional, a partir do momento que levamos este povo para em praça pública, reivindicar esse direito, que realmente é inalienável.

Não acredito a taxação de nossas pregações como demagógicas, em absoluto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, se Vossa Excelência se pauta em nós para fazer suas declarações e eu concordo, acho que Vossa Excelência faz isso com o coração aberto, com sinceridade, eu não tenho a menor dúvida, quanto a isso. Mas, baseado na mesma lei que Vossa Excelência defende, se os Prefeitos da Área de Segurança Nacional, forem removidos, o Sr. José Richa vai indicar mais onze interventores biônicos. É isso que Vossa Excelência quer? Já que é isso que o povo da região que Vossa Excelência representa quer, o Governo José Richa, inclusive, marcou audiência, em Brasília, para pedir isso. Então, eu digo a Vossa Excelência com toda sinceridade, resguardando a sua boa intenção, onde está a sinceridade do seu partido? Acho que é uma brincadeira, uma piada de mal gosto o Sr. Maurício Fruet, hoje interventor biônico, nas palavras de Vossa Excelência, querer continuar participando da grande comissão nacional pela liberdade e independência das prefeituras, que hoje aí estão sob o jugo da ditadura, tendo os seus Prefeitos eleitos diretamente, não ouvindo as aspirações populares.

Então, Sr. Deputado, Vossa Excelência, absolutamente

comete, não por força do seu idealismo, mas por força de uma coerência que não existe no seu governo e no seu partido...

O SR. SÉRGIO SPADA — Desculpe interrompê-lo Sr. Deputado.

Muito obrigado pelo seu aparte, Deputado. Agora, Vossas Excelências esquecem que o Senhor José Richa continua sendo presidente do CONAN e como tal continua lutando pela autonomia dos municípios, inclusive, das capitais e tenho certeza, Vossa Excelência, se amanhã houver eleição para as Capitais, o Deputado Maurício Fruet será o primeiro a dispor deste mandato, e sair em praça pública, subir em palanques para receber o voto direto.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA — Vossa Excelências alegam que, ao invés de levarmos o emprego para o povo, ao invés de levarmos a comida para o povo nestas nossas manifestações, vamos pregar demagogia. Vossas Excelências esquecem também que essa fome, esse desemprego, esses caos em que o País está mergulhado, hoje, é fruto do regime defendido por Vossas Excelências.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Ouço com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência e, há pouco, ouvia a intervenção de um aparte de um Deputado do PDS, de repente, eles estão cobrando coerência.

Como as coisas mudam!

Que coerência têm eles para dizer de eleições diretas, de Área de Segurança Nacional, ou de eleições diretas para Prefeito? Eu estou aparteando o nobre orador que está na tribuna. Acho que tem alguém por aqui que está incomodado, ou muito afoito, e desconhece o Regimento da Casa. Parece-me...

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Rubens Bueno — Que coerência tem o PDS, que coerência têm esses Parlamentares que, sempre, diante das grandes decisões, tanto a nível de Estado, como a nível nacional, sempre alardearam oposição até à última hora. Mas, quando chegou a hora de votar, sempre se dobraram covardemente, sempre entregaram o Paraná e este País lá fora, covardemente, quando assassinaram brasileiros, nos porões da ditadura. E eles aplaudiam, covardemente, quando se cassavam mandatos; aplaudiam covardemente, quando se baniam irmãos nossos do País.

Que coerência pede esse Partido? !

O que nós queremos é a coerência das eleições diretas em todos os níveis. Era isso que eu queri dizer.

(Debates paralelos).

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, queria que Vossa Excelência dentro dos parâmetros do Regimento Interno, dissesse ao orador que está aparteando, que não fizesse injustiça, que não jogasse pedra e lama aos Deputados do PDS, porque, como eles, também nós defendemos uma tese de justiça e de paz social no nosso País.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, dentro do horário da liderança do PMDB, ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns Deputados do PDS, nesta Casa, têm investido contra o Governo do PMDB, recém-empossado, esquecendo-se esses Deputados, que o PDS foi Governo do Estado do Paraná, durante longos anos, e como dizia há pouco o Sr. Deputado Gabriel Manoel, é preciso o PMDB colocar a Casa em ordem, e concordo plenamente com esse Deputado.

É preciso, primeiro e, é o que ele, o PMDB está fazendo

com que o Governador José Richa coloque esta Casa em ordem, porque assumiu uma "baderna", para, depois então, ele passar a mostrar os trabalhos propostos pelo PMDB.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que em um mês de governo não se fez nada? Será que o PMDB não fez ainda nada?

Vim para esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que a mim satisfaz o primeiro mês de Governo do PMDB, e digo porquê: fala-se em frases eleitoreiras. O PMDB foi à praça pública e falou na onda de desemprego existente no Estado do Paraná. E prometeu que, se Governo fosse, trabalharia e procuraria acertar essa situação, ou, pelo menos, minorar a onda de desemprego no Estado do Paraná. O PMDB foi para os palanques e chamou a atenção da situação do "bóia-fria" no Estado do Paraná, mais de oitocentos mil homens, mulheres e crianças vivendo num regime de verdadeira miséria, passando fome, nos campos de trabalho! E o PMDB prometia, através dos seus representantes, que, se Governo fosse, procuraria fazer algo também pelo "bóia-fria" e por outras camadas sociais do Estado do Paraná! Mas, como nós estamos iniciando, a verdade é que nós não teríamos tido o tempo, ainda, para solucionar todos esses problemas. O próprio povo do Estado do Paraná, o próprio "bóia-fria", o próprio professor, o próprio operário, o comerciante, o próprio trabalhador, sabem disto, mas, estão a indagar:

— "Será que o PMDB iniciou o seu trabalho, procurando cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral?"

E eu respondo:

— Sim!

Fiquei satisfeito ao tomar conhecimento de uma reunião, ou de várias reuniões, melhor dizendo, feitas pelo Sr. Governador do Estado, com os seus principais Assessores, com o Líder da Bancada do PMDB, com importantes segmentos da nossa sociedade, da sociedade paranaense, atacando dois importantes assuntos, assuntos estes que temos a obrigação de atacar, não só o Governo do Estado do Paraná, mas esta Assembléia Legislativa também, através da Bancada do PMDB, e através da Bancada do PDS, criou, o Sr. Governador, um grupo de trabalho, para tratar, para trabalhar em cima do desemprego no Estado do Paraná, e já estão fazendo um levantamento, já estão procurando saber como agir, já estão mantendo contatos com organismos financeiros, para que a área da construção civil volte, outra vez, a ter atividade neste Estado, para o que homem volte ao trabalho!

Reporto-me à situação do "bóia-fria", que foi também, promessa de campanha: já existe um grupo de trabalho, ativo, já em pleno movimento, tratando deste assunto. Alguém poderia dizer: mas até agora, não se fez nada! É evidente, nós concordamos, não se fez nada, ainda, em termos mais práticos, mas pelo menos já houve um início, já houve uma boa vontade, já houve uma ação, e, se houve uma ação, nós temos que respeitar essa mesma ação; e ação houve, por parte do Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. FERRARI JÚNIOR — Ilustre companheiro maringense, tem o aparte.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência, em primeiro lugar louvando a credibilidade e a crença que Vossa Excelência faz do Sr. Governador!

Na verdade, isto é uma mentira, o Sr. José Richa ganhou a eleição, em 15 de novembro do ano passado, a partir do dia 18 de novembro já era Governador do Estado, há quase ou há mais de cinco meses, há quase meio ano, portanto, além disto, as Comissões criadas pelo partido de Vossa Excelência já vão desde o início da campanha eleitoral, no início do ano passado. Portanto, o que nós vimos até agora, Deputado Ferrari

Júnior, e eu como Deputado da Oposição tenho agora em mãos coisas que eu não tinha no passado, dados, Sr. Deputado, estarrecedores; estão perseguindo, eu até não acreditava até certa altura dos acontecimentos, que estão perseguindo funcionários de quinze, de vinte anos, companheiros nossos de Maringá, Deputado Ferrari Júnior, o Ney Infante Vieira que Vossa Excelência conhece, foi Diretor da COPASA; quinze anos de trabalho na COPASA, foi demitido! E outros tantos mais, Sr. Deputado, por enquanto, o que o Governo do PMDB está fazendo, é apenas perseguir funcionários, não que ou porque trabalharam para o PDS, não; nós perdemos a eleição. O PMDB tinha que ter a grandeza de reconhecer a sua vitória que foi por mais de seiscentos mil votos! Esta é que a grande verdade. Inclusive, eu tenho a impressão, não conheço estatísticas, mas, mais de 80% dos funcionários públicos votaram para o PMDB, foi uma votação maciça, no Paraná todo. E eu digo mais a Vossa Excelência, Sr. Deputado Ferrari Júnior: Vossa Excelência foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, tem experiência nisso, não começou agora aqui na Assembléia, não, somente para não deixar de funcionar alguma coisa, faz-se uma comissão; a comissão é sinônimo de ineficiência, a nível de Poder Executivo; a nós Parlamentares, não nos resta nada mais a não ser discutir, gritar, falar, esbravejar, reunir e sugerir, mas, ao Executivo, a este sim, resta a execução, resta a ação, ação que nós estamos esperando e que até agora, não existiu.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito bem, Deputado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Se é uma mentira como disse Vossa Excelência, do PMDB, eu não quero ser o dono da verdade.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu não falei que era mentira. Falei que era mentira dos jornais. Estavam dizendo que o seu Governador tinha vinte dias. Não tem, não. Tem muito mais.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Se a onda de desemprego, nós temos a constituição de uma CPI e daqui a pouco me reportarei a ela, mas quero dizer também, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que se o PMDB em menos de um mês, ou desde o dia 15 de novembro, desde as eleições, conseguiu apenas formar algumas comissões, para tratar do desemprego no Estado do Paraná, conseguiu apenas a constituição de algumas comissões para tratar do problema do bóia-fria no Estado do Paraná, e se isso merece crítica, o que não merece o Governo de Vossa Excelência que em dezenove anos só "badernou" com esse Estado do Paraná, só este o Estado e só tirou proveito do mesmo.

Se há demérito, ilustres Deputados, em alguém formar comissões em dois, três meses, o que não ocorre com o Governo de dezenove anos que tirou esse Estado ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Demagogia para as galerias daqui, Sr. Deputado Ferrari Júnior, não.

O SR. PRSEIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Deputado Gabriel Sampaio, quando Vossa Excelência fala, eu não o atrapalho, então não me atrapalha também.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência fala o que não deve, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu concordo. Talvez eu não deva dizer isso, porque Vossa Excelência não gosta de ouvir, mas os seus companheiros de bancada estão gostando de ouvir e a minoria da Casa, também.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Parece-me que o que o povo espera do PMDB é realmente a intervenção na máquina do Governo. Eu me solidarizei há poucos instantes com o PDS, na abertura de uma CPI, mas pretendo que essa CPI se amplie à CPI das admissões também. Nós conhecemos o que o PDS tem feito em vinte e tantos anos de prática política: Tribunais de Contas, favores para parentes, compadrio, nepotismo evidentemente que a CPI das demissões é interessante, porque o PMDB quer que esta Assembléia fiscalize os seus atos do Governo, mas é também evidente que nós estamos assumindo o Governo para moralizar, para levantar as corrupções anteriores. Iremos examinar admissões, inclusive de Deputados desta Casa, no Tribunal de Contas. Estamos cumprindo a palavra e viemos para valer. É preciso o que o Paraná saiba disso. Prestigiaremos a Assembléia Legislativa da maneira mais ampla e absoluta, mas nós não perdoaremos nessa CPI nem os nossos companheiros, Deputados da PDS, como não perdoaremos os nossos Secretários, quando exorbiarem das suas funções.

Estamos aqui para valorizar o Legislativo e prestigiar o Governo Richa quando tiver que ser prestigiado.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Gostaria de falar sobre a CPI, mas ficará para outra oportunidade, porque meu tempo está esgotado e os últimos momentos pertencem ao colega Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Informo a Liderança do PMDB que dispõe de nove minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso líder, Deputado Nilso Sguarezi, nos pediu que colocasse aqui a posição da Bancada do PMDB com relação à notícias publicadas na imprensa de hoje, quando se ficou sabendo da boa intenção do Deputado Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, de formalizar uma comissão, para investigar as demissões que estão se processando em órgãos do Governo do Estado do Paraná.

Se esta CPI se concretizar, o PMDB vai apoiar a constituição desta Comissão na sua totalidade. Talvez a nós interesse mais do que ao próprio partido do PDS, porque essa Comissão Parlamentar de Inquérito terá oportunidade de abrir um amplo debate sobre o que aconteceu, nos últimos anos, com a função pública no Estado do Paraná.

Todos os demitidos estão sendo, com base em amparo legal. Ainda mais, sobram razões para que esse procedimento do Governo de José Richa, que assim o fazendo cumpre promessa de campanha no sentido de moralizar a desmoralizada máquina administrativa do PDS dos últimos anos.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Agradeço o apoio que o Partido de Vossa Excelência pretende dar ao requerimento já formulado, já entregue à Mesa e, portanto, não se consubstancia somente na intenção. Se Vossa Excelência com a acuidade que lhe é peculiar, e com o cuidado que lhe norteia os passos nesta Casa, tiver a bondade de se informar da Mesa, há de verificar que o requerimento, independentemente do apoio, que nos honra da Bancada de Vossa Excelência, a CPI, nos termos do

artigo 19 da Constituição, já está praticamente assegurado o direito da CPI que, aliás, é um direito próprio das minorias.

O SR. RUBENS BUENO — Só quero lembrar ao nobre Deputado, que sequer o requerimento foi lido na Casa.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência por outro lado, apoiando, haverá de verificar que o nosso pedido, não apenas para que se analise as demissões, mas, sobretudo as contratações que o Governo José Richa vem fazendo. Contratações e Vossa Excelência sabe, até com mudanças de simbologias nos cargos de confiança. Isto é o Governo José Richa que prometera não governar por decreto, está se valendo de uma lei do tempo do arbítrio, ao tempo em que era o Governador, o Sr. Jayme Canet Júnior e Secretário de Estado Sr. Belmiro Valverde Castor, para por decreto, extinguir as funções remuneradas com menor simbologia, isto é, com menor nível, para estabelecer um menor número de funcionários, polpudamente remunerados nesse Estado.

Então, a CPI que nós pretendemos, que apresentamos nesta Casa, vai verificar, eminente Deputado, para sua informação, já que Vossa Excelência imaginava que apenas tínhamos ficado na intenção, não só, as demissões, as contratações, mas a forma de governo de Sr. José Richa.

O SR. RUBENS BUENO — E as contratações de Governos anteriores, inclusive no ano de 82. Os demitidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são aqueles que detinham os polpudos salários, sem jamais terem passado por um concurso público. São, via de regra, pessoas que apadrinhadas até então, dispunha de um, dois, três, até quatro empregos no Governo do Paraná.

O que se contrapõe com aquele programa que nós discutimos seriamente com o povo do Paraná, nas eleições do ano passado, de um Governo sério, austero, honesto, como o PMDB sempre pregou nas suas lutas em eleições anteriores. Essas pessoas são privilegiadas dos últimos anos do feudalismo político, que no espreiteio pela defesa dos polpudos salários, agora desejam criar um trauma social, como se eles representassem a verdadeira leva de desempregados, que padecem de fome e angústia, vítimas de uma política econômica, nefasta e suicida, conduzida pelo Governo Federal, que tem a sustentação do PDS.

Pois o mesmo sistema que aboliu os concursos públicos foi o que instituiu o modelo do desemprego. Nós, do PMDB, vamos apoiar essa CPI, nobre Deputado, se ela realmente vier a ser concretizada, pois, as demissões atingem também, homens que estão vinculados ao nosso partido, e isto é a prova maior de que não há perseguição política e nem mesmo perseguição de cunho ideológico.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria que Vossa Excelência, como Deputado do PMDB e que da tribuna desta Casa, no dia de hoje, defende as demissões dos servidores públicos do Paraná, da administração direta e indireta, usasse do seu poder de influência junto ao Sr. Governador do Estado, e dele solicitasse uma resposta a mais breve possível, a um pedido de informações que este Parlamentar encaminhou à Mesa, na sessão de hoje.

Dentre outras coisas, Deputado Rubens Bueno, pretendemos saber se o Governador José Richa, está empenhado sinceramente no combate ao desemprego, como também queremos saber quantos foram demitidos a partir de 15 de março deste ano, e da mesma forma o motivo, o tempo de trabalho de cada um, a qualificação funcional, a lotação funcional, para que nós possamos chegar a alguma conclusão sobre o processo abusivo de demissões.

Porque numa hora, Sr. Deputado, em que o Brasil inteiro se preocupa com o desemprego que atinge a todos os níveis, que sacrifica profissionais liberais, como sacrifica a pedreiros, a obreiros de toda a espécie, não me parece que seja um exemplo dignificante o governo do Paraná fazer o que está fazendo.

O SR. RUBENS BUENO — Mas eu acabei de dizer, nobre Deputado, e permita-me dizer - o meu tempo está terminando e eu apenas alertei que são aqueles apadrinhados que têm dois, três, e até quatro cargos, neste Estado.

O Sr. Airton Cordeiro — Só para concluir, gostaria de pedir a Vossa Excelência que solicitasse ao seu Governador, que é o Governador deste Estado, que nos respondesse o mais rapidamente possível o pedido de informações que foi encaminhado hoje à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Que ele é o Governador do Estado, não há a mínima dúvida. O resultado de 15 de novembro foi incontestável. Quero lembrar também, a Vossa Excelência, que parece-me um partido incoerente, e desorganizado como sempre foi o governo do PDS. O seu Líder do Partido apresenta uma CPI pedindo para investigar as demissões, e o Parlamentar apresenta um pedido de informações para esvaziar a CPI do Líder.

O que se procura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é sanar a máquina administrativa de vícios de empreguismos, uma das heranças que o despotismo político para o autêntico Governo democrático que se instalou no Paraná, no último dia 15 de março.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário destinado à sua Liderança.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por dez minutos

o Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos o Deputado Odeni Mongruel e, finalmente, este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por 10 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os fatos se repetem, é uma barbaridade. Vamos até desviar do que tínhamos que focar hoje sobre o problema das demissões que já foi amplamente divulgado pela minha bancada, pelo meu Líder, pelos líderes autênticos da democracia que são os nossos líderes do PDS.

Dizia um aparteante, Sr. Presidente, que é uma vergonha a admissão no Tribunal de Contas.

Perguntaria a este moço, jovem e sem muita experiência, que se foi vergonha o grande Governador Canet levar para o Tribunal de Contas o eminente e ex-Deputado e companheiro nosso, Armando Queiróz. Se for vergonha para o Paraná, para o Brasil, levar aquele homem também dedicado às causas paranistas, que foi Pedro Stenghel Guimarães. Isto foi ato de um ex-companheiro nosso, de um amigo nosso, de um Governador dos mais honestos, que se perfila com Paulo Pimentel, com Ney Braga, com todos outros que passaram por esta ARENA e por este PDS.

Ao Deputado menos informado, que não sabe o que diz que não conhece o antigo provérbio de Jesus Cristo que dizia: 'perdoai os ignorantes, porque não sabem o que dizem'.

Quando um Deputado fala em inoperância, em desmando, em apadrinhamento, não olhou para trás, não olhou num companheiro seu, num homem honesto como Canet Júnior, que nomeou para o Tribunal de Contas, dentro dos limites, da divisória da democracia e da lei, homens honrados como Armando Queiróz, como Ivo Thomazoni, como Pedro Stenghel Guimarães.

Então ficamos a pensar, a sofismar, nas frases de Aníbal Khury, "se a butuca tira o animal do mato, ou se estamos obrigados a aguentar a butuca nos cutucar".

Dentro desta tese dentro da tese, das admissões, queremos perguntar também ao Deputado que foi à tribuna a censurar admissões, que veja o que está acontecendo na Assembléia. Cuidado para "não atirar pedras no telhado do vizinho quem tem telhas de vidro". Funcionários estão sendo admitidos pela CLT com 90, 135 mil cruzeiros. Se isto é mentira, a verdade está escrita nos Anais e dentro do complexo desta Casa, para que sejamos desmentidos.

Se é mentira que um companheiro do Sr. José Richa seja readmitido com profundas vantagens por esta Assembléia, então estamos mentindo. Então o PDS é mentiroso. Então somos uma plêiade de homens mentirosos. Então não defendemos a causa paranista.

Diria apenas para os companheiros ilustres da Bancada da Situação que não atirem pedras no telhado do vizinho, porque seu telhado é de vidro.

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Deixe-me terminar meu raciocínio e lhe darei o aparte. Quando se fala em admissão no Tribunal de Contas, esquece-se que um dos maiores Governadores do Paraná admitiu companheiros seus no Tribunal de Contas, um dos homens que sustentou a campanha de José Richa. Um dos homens dignos que toda a vida defendemos, seu nome é Jayme Canet Júnior. Também agrediu companheiros seus e não fez mais que justiça.

Vossas Excelências, como dizia Aníbal Khury, queriam que pusessem adversários nossos. Vossas Excelências que queriam que Ney Braga pusesse no Tribunal de Contas um adversário político seu. É uma grande verdade. "Manda quem pode e obedece quem precisa".

Hoje obedecemos. Hoje o Sr. José Richa pode pôr Pedro Paulo e o "Sr. José dos Anzóis" e a nossa situação é calar. Calar neste ponto, porque é um argumento assegurado para um Governador do Estado. Agora um Deputado sem

experiência, tem o nosso perdão, porque não sabe o que diz. Vir dizer, ao atacar o grande Governador Ney Braga, que ele nomeou gente no Tribunal de Contas... Mas também foram nomeados quantos e quantos no Tribunal de Contas, Deputado ilustre? Companheiros deste Governador que admiramos, o ex-Governador Jayme Canet. Foram nomeados dignamente e honradamente, porque ele não haveria de dar a Vossas Excelências uma nomeação, ele tinha que dar para seus companheiros de trabalho, para seus homens que precisavam ter assegurado o destino, não para fazer um flagelo ao Paraná, como está acontecendo com os flagelados, com os homens que têm apenas um crime, de terem sido fiéis ao seu Governo. Os homens que estão sendo demitidos em massa, sumariamente. Como pode o Governador dialogar com o Presidente da República, sobre o desemprego, se o próprio partido deste Governador está gerando o desemprego.

Não é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comissões; não é preciso comissões, Sr. Presidente, para sabermos do problema do desemprego no Paraná; para sabermos, Sr. Presidente, que os fiscais estão aí. Se são honestos, que continuem, e se são desonestos, que saiam.

Sr. Governador, homem que eu acredito, que talvez a esperança, se diz o adágio popular: "a felicidade procurada, corre; e a esperança é a última que morre".

Talvez essa esperança, Srs. Deputados, possamos vê-la, queira Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, que ilumine o Sr. José Richa, para que ele elimine os patrulheiros do seu Governo. Para que ele governe com seu povo; para que ele faça justiça. Nós não queremos nada mais, nada além do que justiça. Para que esta plêiade de homens, de funcionários públicos, em sua maioria, não estejam desiludidos. Porque disse ontem um parlamentar em Brasília, que Montoro hoje não teria vinte por cento do eleitorado que votou nele. E não queremos fazer esta crítica a José Richa; apenas para não entrar em ceara alheia ... apenas..

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado, Deputado. Quero usar um minuto do seu tempo, porque quando o Deputado Roberto Requião se referiu ao Tribunal de Contas, ele se referiu à minha pessoa, Deputado.

Mas, quero responder ao Deputado que não tenho a menor preocupação; e digo, com muito orgulho, que fui nomeado pelo Sr. Governador Ney Braga, para procurador do Tribunal de Contas, e lá estou junto com o Sr. Belmiro Castor, com o Sr. Armando Queiróz, com o Deputado Renato Bueno e com outros tantos homens ilustres do Estado. Estou licenciado do Tribunal; lá não recebo nem um tostão, recebo pela Assembléia - aliás, ganho aqui quatro vezes mais do que ganhava lá; sinto-me orgulhoso. O dia que abandonar a vida pública, irei ao Tribunal, me aposentarei e, lamentavelmente, talvez não encontre lá inteligência como a do meu companheiro e amigo Roberto Requião.

Aliás, gostaria até de indicar, desde agora, ao Governador José Richa, que haverá de nomear alguém para lá, viu Requião, fique com esperança, porque vai ter vagas. Vão homens, durante este período de quatro anos, se aposentar; e ele tem a esperança dele, de ser meu colega lá no Tribunal de Contas; que terei o maior prazer em receber uma inteligência do gabarito de Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Vossa Excelência, com o respeito que temos ao Requião que aqui esteve na Assembléia; ao Requião que foi amigo de Anibal Khury, homens dedicados às causas paranas, respeitamos a Vossa Excelência. Pedimos Vênia. Mas veja o passado; talvez, se não fora Vossa Excelência, talvez seja um amigo seu que precise do Tribunal de Contas. Ou que não precise, mas que vá para o Tribunal de Contas pela Lei Máxima da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, e informa Vossa Excelência que os 10 minutos que lhe foram concedidos pela Liderança, estão esgotados.

Com a palavra o próximo orador, dentro do horário destinado à Liderança do Partido Democrático Social, Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Líder do PDS, pela concessão desse tempo, a fim de que registremos a passagem do dia 7 próximo passado, dos 104 anos de fundação do Município de Palmeira.

"Compenente da reigão dos Campos Gerais, sendo um dos mais antigos municípios, congrega um povo pacato e ordeiro que vive o dia-a-dia, procurando no trabalho, o grande motivo da vida. Por isto, progride lentamente, mas com segurança". Na expressão de um dos seus mais ilustres filhos, o professor e historiador Alfredo Bartholdo Klas.

Confunde-se a sua história em grande parte com a própria história antiga de nosso Estado, e de onde se recolhe o sentimento de civismo que nutre o forte vínculo comunitário de sua gente. A cidade de Palmeira, ao longo de sua história, tem nos seus filhos a razão maior da imagem simpática que desfruta e do orgulho que nutre justificadamente.

A palavra do passado, é sempre a palavra do futuro. Diz o poeta.

Aproveito também nesta ocasião para registrar, na mesma data, o 8º aniversário do jornal "Gazeta de Palmeira", nascido da iniciativa de suas duas figuras ilustres da vida social e empresarial daquela cidade, os senhores Genésio Gomes da Silva Neto e Renato Rigoni, que têm igualmente o objetivo de registrar o cotidiano de uma sociedade marcando desde os aspectos de atividades agrícolas, industriais e comerciais, aos da vida familiar, das relações humanas, de suas crenças e de seus costumes.

Os registros oficiais da vida pública e política, não exprimem, suficientemente, a substância histórica de um povo.

Uma sociedade orgulhosa dos seus filhos, ainda que não lhes tenha faltado divulgação nos meios intelectuais, as idéias desses precursores, no entanto, impuseram-se lentamente. Passa agora a dispor esta cidade com o regular funcionamento do seu jornal, não apenas o veículo de comunicação social, mas também, o agente cultural e crítico do seu próprio registro popular e histórico.

Assim, na comemoração dessa efeméride, vale destacar alguns nomes de ontem e de hoje e de episódios da vida do Município de Palmeira, que recolhemos junto ao professor Alfredo Bertholdo Klas, historiador, ex-Prefeito municipal daquela comuna e integrante da Força Expedicionária Brasileira nas campanhas memoráveis e heróicas durante a 2ª guerra mundial.

Segundo o historiador consultado e que vale aqui o destaque, os primeiros povoadores se dedicaram à criação de gados e animais cavaleiros e muare e desenvolviam na agricultura de subsistência. Encontrando-se a Cidade de Palmeira, na rota das tropas que desmandavam do Rio Grande do Sul para o entreposto de Sorocaba, transformou-se em ponto de descanso das mesmas, o mesmo acontecendo com as comitivas de tropeiros que se dirigiam para o sul. Com esse intercâmbio apareceu o interesse de pessoas e famílias,

principalmente de sorocabanos a fixarem-se na área. Por outro lado, realizaram-se casamentos que foram de grande importância, não só para Palmeira, mas, para o Próprio Paraná. A influência dos palmeirenses na formação de Guarapuava e de Palmas é decisiva. De Palmeira saíram os Marcondes, Camargo, Martins, Ribas, Carneiro, Oliveira, Mendes de Araújo, Albuquerque, Pimpão, Neves e Correia.

Outras famílias também concorreram para formar o povoamento do interior paranaense e até no Rio Grande do Sul, com pessoas filiadas ou conjugadas nestes troncos.

No final do século passado, Palmeira passou a receber considerável grupo de imigrantes que, com seu laborioso trabalho, modificaram a estrutura agrária da região, russos, alemães, poloneses, italianos, juntaram-se aos nacionais e empurraram o município para uma situação econômica muito boa.

Palmeira passou a desfrutar no Estado como significativo produtor de alimentos básicos, destacadamente do milho, feijão, batata, arroz, centeio, trigo etc. Paralelamente, despontavam a madeira e a erva-mate como elementos de reforço da economia local.

Hoje a cultura extensiva nos meios modernos para a sua realização com a eficiência da mecanização e dos adubos o panorama do município está totalmente modificado com grandes plantações. Vale lembrar que com a criação da colônia Vitmarsum feitas por elementos russos e alemães de origem melonita a Palmeira se transformou em importante bacia leiteira contando com apurado plantel do gado holandes influenciando os moradores de outras localidades à exploração do leite, o que veio beneficiar o ruralista, com novo ingresso de ganho e, aos poucos, o surgimento do aprimoramento do gado leiteiro.

Entretanto, o valor econômico do trabalho físico do homem palmeirense não conseguiu sobrepujar o valor intelectual de alguns filhos da terra. Palmeira transformou-se em permanente celeiro de pessoas importantes que, de várias maneiras, tornaram-se úteis à terra, ao Paraná e ao Brasil.

Destacamos a figura de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, bacharel em direito, Diretor da Instrução Pública do Estado, Conselheiro do Império da Pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, Deputado provincial, vice-Presidente e Presidente da Província, Presidente do Partido Liberal. Jesuíno era filho do Alferes José Caetano de Oliveira, a primeira pessoa que foi distinguida pelo Império, no Paraná, com um título nobiliárquico: Barão de Tibagi.

Em dias mais recentes, destacamos Paulino Martins Alves, oficial do Exército Nacional, maestro da Banda de Música, primeiro maestro da Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa fundador da Banda Escola Lira dos Campos, inspirado compositor e hábil orquestrador.

Lembramos de Heitor Stocler de França, advogado, escritor e poeta. Foi cognominado como PRÍNCIPE DOS POETAS PARANAENSES; José Agostinho dos Santos, filho do mestre José Agostinho, veterano da Guerra do Paraguai. José Agostinho dos Santos foi o primeiro paranaense a alcançar o posto de Marechal do Exército Nacional. O Padre e Bispo D. Alberto José Gonçalves, sacerdote, vigário colado de Curitiba, Deputado Estadual e Presidente da Assembléia, Diretor da Instrução Pública do Paraná, Senador Federal, 2º Secretário do Senado, eleito vigário geral de Curitiba e sagrado Bispo de

Ribeirão Preto, em São Paulo, grande tribuno tanto na Igreja como nas atividades políticas.

Nos dias de hoje, destaco Orlando Soares Carbonar, advogado que dedicou-se à diplomacia. Ocupou vários cargos na representação exterior do Brasil estando, atualmente, no gabinete do Ministro das Relações Exteriores, como um dos seus chefes.

Lembro do Deputado Federal Aroldo Moleta, engenheiro que ocupou a direção do INCRA. Reeito Deputado Federal e que coordena a Bancada de Deputados Federais do PMDB na Câmara dos Deputados em Brasília.

Registro o nome do insigne cientista Metri Bacilla, pesquisador de renome internacional, professor universitário que foi o segundo brasileiro a ser admitido na Universidade de São Paulo, sem concurso.

Maria Luiza Ericksen Dorfmond, dedicada professora autora de diversas obras para o ensino, pesquisadora histórica, José Ericksen Pereira, o notável jornalista que utilizava o pseudônimo de JEEP. Foi redator do "O Estado do Paraná" durante muitos anos e membro de sua direção. Notabilizou-se pelos seus escritos e comentários políticos. Pesquisador da história paranaense, editou interessante trabalho intitulado "Uma história de caminhos", abordando a época do tropeirismo.

Lembro o nome do ilustre homem público Ivo Arzu, engenheiro, Prefeito de Curitiba. Foi iniciador da remodelação da cidade, dentro de um novo sentido urbanístico, procurando humanizar a nossa capital. Foi Ministro da Agricultura.

Lembro-me do nome de João Chede, comerciante de projeção em todo o Estado do Paraná, Deputado mais votado na primeira eleição após o Estado Novo. Durante duas legislaturas, foi Presidente da Assembléia Legislativa. Reeito duas vezes.

Na história do Brasil está o registro do nome de Manoel Demétrio de Oliveira. . .

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta e comunica a Vossa Excelência que o tempo que lhe foi concedido pela vossa Liderança, está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A Liderança concede mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência concede dois minutos a Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL — ... o nome de Manoel Demétrio de Oliveira, cabo do piquete de guarda do Marechal Duque de Caxias, durante a Guerra do Paraguai. Na renhida batalha de Itororó, Manoel Demétrio teve a oportunidade de demonstrar a sua coragem e destemor, atirando a sua montaria entre o cavalo de Caxias para defendê-lo do golpe certo de uma espada, empunhada por um paraguaio, que conseguiu burlar a vigilância dos brasileiros.

Embora tenha perdido parte de sua mão, conseguiu desviar o golpe, salvando a vida de Caxias e, pelo seu ato de bravura, foi promovido e condecorado.

Finalmente, destacar um aspecto importante da História do Paraná, quer no campo político, quer no campo sociológico, uma curiosidade que a Capital de Palmeira nos oferece e que está representada pela fundação da Colônia Cecília, na década de 1880, com a vinda, da Itália, de um grupo de anarquistas italianos, posteriormente, outras nacionalidades, com o objetivo de realizar uma experiência socialista, em terras brasileiras. Era dirigente do grupo, o sociólogo italiano Dr. Giovanni Rossi, escritor,

literato, agrônomo, veterinário, e professor do insígne Carlos Gomes, que, através de intervenção do mesmo, criou condições para que a experiência aqui se realizasse.

Ela fracassou. A Colônia foi dissolvida, mas a permanência de ponderável número de italianos em Palmeira, e em Ponta Grossa, todos com uma qualificação profissional, mesmo os que permaneceram na lavoura são aspecto de registro que, neste momento deixamos aqui marcado, na passagem dos 164 anos da Cidade de Palmeira, importante município que integra a região dos Campos Gerais.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Vereador Rubens Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Campina da Lagoa.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, pelo tempo restante.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A bancada do PDS sente-se honrada com o apoio anunciado pelo Deputado Rubens Bueno, ao pedido de CPI, honrada, da mesma forma que, não negou o seu apoio a duas outras iniciativas do PMDB; mesmo discordando de colocações feitas, a Bancada do PDS está disposta, nesta Casa, a procurar o passado, mas, sobretudo, a ganhar o futuro. Este é um Paraná feito que o PMDB herda. Este é um Paraná de estradas asfaltadas que cortam o Paraná. Este é o Paraná que teve, no apoio de Governos anteriores, talvez, até, Sr. Presidente, em atitudes equivocadas, de Governos anteriores, Governos que hoje atribuem a eles, ou a autoria intelectual, ou a autoria material da vitória oposicionista no Paraná. Este, Sr. Presidente, é um Paraná que o Secretário Belmiro Valverde Castor diz que, agora, está tomando a primeira iniciativa administrativa. E qual é a primeira iniciativa administrativa? É o apoio que o Governo do Estado aceita, do BIRDE e do Governo Federal, para implantar o plano de Saul Raiz, para o desenvolvimento de pequenos e médios núcleos urbanos do Paraná. Este, é um Paraná que não tem lugar para pequenez, para perseguições, para o ódio, para a violência.

É por isto que a Bancada do PDS vem, esta tarde, à tribuna, para dizer:

Vamos verificar o passado, mas, vamos, sobretudo, cumprir com o dever que a urna nos delegou a 15 de novembro. Vamos juntos construir um Estado onde os desvios do nosso desenvolvimento sejam corrigidos, onde as injustiças ainda existentes sejam sanadas, mas, sobretudo, vamos nos dedicar à tarefa ingente de construir.

A Bíblia, Sr. Presidente, diz que, há hora para tudo, há hora para a crítica, há hora para a palavra, mas sobretudo, há hora para fazer. E este é o grande desafio dos homens que ontem estavam do outro lado e que, hoje, são Governo. Esqueçam um pouco o "pout-pourri" de "slogans" que marcaram a campanha eleitoral, e passem a construir, com atitudes, palavras e, sobretudo, com obras aquilo que o povo do Paraná acreditou nos discursos e nas tribunas pré-eleitorais e é dentro deste princípio, Sr. Presidente, que antes de iniciar o discurso escrito, quero rebater as colocações feitas pelo Deputado Rubens Bueno. Ele centrou as suas colocações em quatro itens principais.

Disse que as demissões foram feitas dentro da legalidade. Que legalidade é esta, Sr. Presidente, para os homens do PMDB?

É a lei que ontem eles combatiam, a CLT, que não dá estabilidade aos funcionários com mais de dez anos de serviço.

Onde, Sr. Presidente, a coerência? No discurso de ontem, quando combatiam a CLT e hoje quando usam a CLT para justificar a legalidade da perseguição a funcionário humilde, a funcionário com mais de vinte anos de serviço?

O segundo ponto do Deputado Rubens Bueno: "Não serão perseguições políticas?" Ora, Sua Excelência sabe que este é um Plenário sério. Ainda anteontem, quando a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, a Professora Lilian, entregava a carta de demissão, cuja cópia tenho em mãos de um dos mais ilustres funcionários da FUNDEPAR, Professor Roberval Eloy Pereira...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência só tem a cópia desta Carta, Deputado, porque eu tenho também do Sr. Mário Gubert. Vossa Excelência conhece bem

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... com mais de vinte anos de função, a Professora Lilian precisava explicar, Sr. Presidente, a perseguição, a exoneração e qual foi a explicação: "Estou exonerando você, Roberval Eloy Pereira, você que começou na FUNDEPAR como office-boy, você que entrou na FUNDEPAR não por apadrinhamento político; você que é um técnico de renome internacional, autor de obras respeitadas, chefe de serviço considerado pela UNESCO como serviço modelar de informações do sistema educacional, você está sendo exonerado porque não segue a linha política e ideológica que a democracia participativa quer implantar".

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência tem uma mentalidade fértil, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Esta justificativa ocorreu agora. O motivo desta CPI...

(vozes superpostas)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A palavra está com orador que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A democracia do PMDB é a democracia da injustiça.

Mas, Sr. Presidente, diz o senhor Rubens Bueno que os exonerados são aqueles que têm dois ou três cargos, mas não, Sr. Presidente, isto não é privilégio do PMDB, por que há Secretário e Secretário de Estado do Sr. José Richa que é até polivalente.

Há, Sr. Presidente, funcionários graúdos no Governo do Estado. Há secretários de Estado que acumulam não só uma, duas funções, mas tem até Secretários de Estado e Diretores de autarquias e há Deputados do PMDB que sabem disso, que são mais do que homens que acumulam duas ou três funções. Eles são servidores polivalentes, porque de manhã eles têm um patrão que é a iniciativa privada e à tarde eles têm outro patrão, que é o Governo do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, aproveitando uma tarde em que representantes do PDS vêm tão avidamente, cobrando do Governo...

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o

nobre Deputado Márcio Almeida vai apresentar os membros da CPI da Saúde, cujos membros o Partido do PDS, da minoria desta Casa não apresentou.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicito ao Sr. Deputado Márcio Almeida, que faça chegar à Mesa, a indicação dos membros que irão compor a CPI da Saúde.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Só queria comunica e solicitar presteza da parte do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Agradeço a Vossa Excelência da forma que dirimiu a dúvida levantada pelo Deputado Márcio Almeida.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) Apenas para lembrar, que Vossa Excelência fiscalize e determine que se cumpra o Regimento, para que toda vez que um Deputado se dirigir à Mesa, à Presidência da Mesa, o faça de pé.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente.— **Ao Departamento Legislativo.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 140/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "CASA DO AGASALHO", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/82, de autoria do DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "CORAL DO PARANÁ", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto

Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Antônio dos Santos, ocorrido na cidade de Faxinal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcolínio Reis Serra, ocorrido na cidade de Ribeirão do Pinhal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que o mesmo encete urgentes providências para determinar o imediato e inadiável funcionamento do serviço telefônico, já instalado em diversos municípios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Comunidade recupera rio", do jornalista Antônio Luiz de Matos, publicado no jornal "Folha de Londrina". — **Aprovado. (o artigo acha-se publicado no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, em forma de pedido de informações sobre quais as prefeituras municipais que receberam a verba de auxílio aos pagamentos de professores através da FUNDEPAR. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre quais os Municípios do Paraná que receberam a verba PRO-SAFRA e os que prestaram conta referente ao exercício anterior (1982). — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação, encarecendo a construção e instalação de Curso de 1.º Grau nos Distritos de São José e Nova Amoreira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a construção de um prédio próprio e o imediato funcionamento do Posto de Saúde no Distrito de Mauá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio próprio para o funcionamento do Posto Policial no Distrito de Mauá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar com a máxima urgência, através do setor competente, a regulamentação do disposto no Art. 14 da Lei nº 7540, de 08 de dezembro de 1981. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, com o propósito de ser instalado no Município de Piraquara, Módulos Policiais em diversas localidades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro do Trabalho, encarecendo a instalação de uma agência do SINE, no Município de Piraquara.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Demissões e Nomeações" publicado no jornal "O Estado do Paraná".— Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagnão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Deputados para acompanhar as gestões que estão sendo realizadas pelo Governo Estadual, visando atenuar o problema do desemprego no Paraná.— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, a Bancada do PDS vota favoravelmente ao requerimento, tendo em vista inclusive o seu objetivo, que se aproxima do objetivo demonstrado pelo eminente Deputado Aírton Cordeiro, quando propõe que esta Casa institucionaliza um órgão para tratar das questões de emprego e desemprego no Paraná.

Mais do que uma simples comissão, entendemos nós, do PDS, que são necessárias medidas efetivas para evitar o desemprego em nosso Estado.

Se é verdade que inúmeras das medidas necessárias a coibir a onda de desemprego que assola o País depende do Governo Federal, há outras medidas práticas que poderiam ser colocadas em execução pelo Governo do Estado.

É na expectativa do PDS poder contribuir não só para a discussão ou para o entendimento, mas também para a solução, é que a Bancada do PDS vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Continua em votação. Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. **Aprovado.**

Em vista do resultado, da aprovação do presente requerimento, esta Presidência solicita aos Srs. Líderes de Bancada, que façam chegar à mesa, na forma regimental, a indicação dos membros que deverão compor esta comissão. Cabendo dois parlamentares do PMDB e um do PDS.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por três membros, que represente a Assembléia Legislativa do Estado nas festividades alusivas às comemorações do 104.º aniversário de Palmas, pelo cujo evento solicita voto de congratulações ao glorioso povo palmeno.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Da mesma forma, solicito aos Srs. Líderes, a indicação desses membros, cabendo dois do PMDB e um do PDS.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio, Secretário da Indústria e Comércio e Presidente da Associação das

Retíficas de Motores do Paraná, moção de repúdio às ardilosas artimanhas desenvolvidas pelas multinacionais visando abocanhar o promissor mercado de retíficas existentes no País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor-Presidente da RADIPAR, encarecendo a instalação de repetidora pelo sistema de micro-ondas na cidade de Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de duas linhas de ônibus ligando o Norte Pioneiro a Londrina, mediante a abertura de concorrência pública. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o mesmo pleiteie junto à empresa concessionária, a implantação de uma linha de ônibus leito no percurso Andirá - Curitiba - Andirá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco Membros, para representarem esta Casa na solenidade de abertura da XI Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Maringá, a ser realizada no recinto de Exposições Presidente Emílio Garrastazú Médici, em Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

A Presidência solicita da mesma forma, que as lideranças partidárias façam suas indicações, sendo três membros do PMDB e dois do PDS.

Requerimento de autoria da Sr.^a Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que o mesmo envide esforços no sentido de ser asfaltado o trecho de estrada Mariluz a Umuarama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente do ITC, encarecendo a regularização fundiária da Vila Guarujá em Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade de ser urgenciada a pavimentação da estrada de acesso à sede do Município de São Jorge do Patrocínio. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Emprego e a Crise Econômica". — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências e recursos aos Municípios de Guaraniaçu e Braganey, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Tourinho — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências que assegurem estabilidade social e condições de trabalho aos paranaenses.— Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao aluno Adriano Schaitza, pela classificação na Hugh School Universidade de Tokay.

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, objetivando a implantação de curso de 2º Grau no Município de Turvo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela designação dos Srs. Teobaldo Vítório Machado, Lineu Mansani Turra e Afrânio Eduardo Rosa Brandão para as funções de Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico da COHAPAR.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação do trecho compreendido entre a BR 369 e Indústria de Óleo de Mauá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar as permanentes denúncias de perseguição, exoneração e dispensa de funcionários públicos regidos pela CLT.— **Recebido.**— Ao Departamento, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Airton Cordeiro, Luiz Alberto de Oliveira, Tuguio Setogutte e Ivan Gubert, para comporem respectivamente as Comissões de Desemprego, das Festividades do 104º aniversário de Palmas e CPI da Saúde. **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 140/82.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR., DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 1983. COMUNIDADE RECUPERA RIO

(Antônio Luiz de Mattos)
da Sucursal de C. Mourão).

A captação de água para o abastecimento de Campo Mourão, sob a responsabilidade da SANEPAR, está sendo feita há sete anos no rio do Campo, onde já foram encontradas cinco vacas mortas em cerca de dois anos e onde alguns agricultores ainda teimam em lavar e abastecer seus pulverizadores, despejando produtos altamente tóxicos no manancial.

Diante da omissão da empresa governamental, que alega não ser da sua responsabilidade a conservação do

rio, várias entidades locais vêm trabalhando há aproximadamente três anos na recuperação e manutenção da bacia do rio do Campo.

Os atuais problemas existentes no abastecimento de água de Campo Mourão começaram em 1976, depois que a Sanepar remodelou e ampliou seus reservatórios, sistema de tratamento e a rede de distribuição, o que tornou necessário abandonar as minas que serviam a cidade e construir uma nova estação de captação. Na época, o projeto executado chegou a ser recusado pelo BNH - por ser muito oneroso - e foi cogitada a instalação de uma bateria de poços semiartesianos, idéia posteriormente abandonada por entenderem os técnicos que a vazão seria insuficiente para atender à demanda.

Em 1979, surgiram os primeiros protestos. O Lions Clube denunciou a poluição do rio do Campo por produtos químicos usados na lavoura, enviando ofícios às autoridades competentes solicitando providências. Em termos locais, realizou a primeira campanha visando a recuperação do manancial, mas os resultados não chegaram a ser expressivos.

Uma série de fatores contribuiu para o agravamento do problema. Entre eles, a mecanização agrícola em larga escala das áreas cortadas pelo rio e por seus afluentes, a não-observação das normas de manejo e conservação do solo, o desrespeito ao Código Florestal e o baixo nível de conscientização dos agricultores da região.

O Núcleo local da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná atacou de 1980, encetando um movimento que reúne até hoje a Prefeitura de Campo Mourão, Câmara de Vereadores, Fórum, Cooperativa Agropecuária Mourãoense, Rotary, Lions, Secretaria da Agricultura, ITC, Acarpa, Banco do Brasil e o Colégio Agrícola.

Os primeiros levantamentos constataram a existência de grande quantidade de restos de embalagens de defensivos agrícolas às margens do rio, além do problema do assoreamento do leito pela erosão, que levava herbicidas em grande volume para o manancial. Também foi levantada a ação poluidora de alguns agricultores que lavavam e abasteciam seus equipamentos de pulverização no rio.

“A intenção do movimento - diz Júlio Ossamu Mitsuhashi, coordenador dos trabalhos - não era apenas denunciar a existência do problema, mas sim de procurar uma solução. Nossa meta era e ainda é recuperar aquela bacia. Trata-se mesmo de um compromisso com a comunidade”.

Mas uma ação concreta dependia de recursos e os estudos iniciais estimavam que seria necessária a aplicação de cr\$ 34 milhões para sanar o problema. O meio encontrado foi a elaboração de um projeto de recuperação da bacia e o seu encaminhamento ao Governo, enquanto paralelamente era arregimentado o apoio de políticos e líderes comunitários.

No ano passado, finalmente, a Secretaria do Planejamento do Estado liberou Cr\$ 8 milhões e é esperada para a próxima semana a entrega de outro cheque de Cr\$ 4 milhões.

A BACIA E OS TRABALHOS.

O rio do Campo é formado por 10 afluentes e tem uma bacia que compreende uma área de 84 quilômetros quadrados, subdividida em mais de 200 propriedades, com um total de 134 propriedades. A área compreende praticamente todas as propriedades localizadas entre as rodovias que ligam Campo Mourão a Goioerê e à Cascavel, até a altura do distrito de Piquirivaí, de onde se origina o rio.

Para a execução do projeto, foi feito um levantamento aerofotométrico que permitiu o cadastramento das propriedades e a subdivisão da área em 10 microrregiões, cada uma delas supervisionada por um agrônomo e um técnico agrícola. O passo seguinte foi o contato com os agricultores - 13 em cada microrregião - difundindo a idéia de se reformular a conservação do solo ou implantar um plano conservacionista completo, através de recursos próprios ou oferecidos pelo Banco do Brasil.

Em seguida foram realizados trabalhos de terraceamento, nivelamento e recuperação de "cerca de 30 quilômetros de estradas vicinais, bem como muitas voçorocas foram eliminadas, evitando o maior escorrimento de águas pluviais e erosão, com assoreamento junto à margem" - diz o relatório dos trabalhos realizados.

Esse trabalho conservacionista exigiu recursos de alta monta, pois envolveu máquinas pesadas para a remoção e transporte de terra de outros locais para o nivelamento total das estradas, evitando o carreamento de solo erodido - além de fertilizante, herbicida e inseticida - para dentro do rio. Em alguns pontos do rio, existem montes de terra com até 20 centímetros acima da superfície da água.

Outro ponto atacado foi o de reflorestamento das margens do rio com árvores nativas em primeiro plano, associadas ao plantio de outras árvores exóticas, aumentando a flora que se encontra deficiente. Dos 2,2 milhões de mudas a serem produzidas e distribuídas, já foram plantadas 50 mil numa faixa mínima de 10 metros de cada lado do rio.

Dos 20 tanques comunitários previstos para o abastecimento de pulverização, 14 já foram implantados em pontos estrategicamente localizados, evitando assim a poluição do rio.

Durante todo o tempo, foi desenvolvido um trabalho de conscientização dos agricultores da área, através de visitas de agrônomos e técnicos, bem como através da realização de um concurso para estimular as práticas conservacionistas e disciplinar o uso de agrotóxicos.

Ainda falta construir, além dos seis tanques comunitários restantes, mais 20 canais escoadouros em divisas de propriedades e adequar mais 20 quilômetros de estradas e eliminar várias voçorocas, num trabalho que consumirá quatro mil horas de máquinas pesadas e que custará 28 milhões de cruzeiros.

DÉFICIT

O Núcleo dos Engenheiros Agrônomos está com um déficit orçamentário de Cr\$ 600 mil em virtude do atraso na liberação da última parcela de Cr\$ 4 milhões da verba de Cr\$ 12 milhões destinada pela Secretaria do Planejamento.

Segundo Júlio Mitsuhashi, são necessários ainda Cr\$ 30 milhões para a recuperação da bacia do rio do Campo: "Nossa esperança é que a FAO/Organização de Alimentação e Agricultura, através do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, nos ajude nesta empreitada. Estamos desenvolvendo um trabalho de grande envergadura, envolvendo toda a comunidade e espero que o técnico da FAO que estará visitando a região neste final da semana entenda nossa luta em defesa do meio ambiente" - frisou.

Este técnico vem ao Paraná a fim de destinar recursos para a recuperação de um projeto de manejo de bacia hidrográfica.

O ABASTECIMENTO

De uma população urbana calculada pelo IBGE em 59.310, a Sanepar fornece água para cerca de 41.500 pessoas em Campo Mourão. A média de consumo diário chega a 7 milhões de litros, através de 8.300 ligações domiciliares.

O Vereador Ephigênio José Carneiro, que tem acompanhado de perto os problemas de poluição do rio do Campo, afirma tratar-se "de um problema grave que exige uma solução de qualquer maneira. Afinal, os resíduos dos inseticidas acabam por se acumularem no organismo". Teve críticas também ao contrato de concessão do serviço assinado entre a Prefeitura e a Sanepar - "que não prevê nada com relação a ecologia e nada exige da Sanepar" - e a omissão da empresa governamental: "A Sanepar deveria estar ajudando na recuperação da bacia do rio do Campo, mas não está. Isso é um absurdo; é incompreensível sua omissão. Enquanto isso, outros estão trabalhando. Nem mesmo os sacos plásticos para as mudas que havia prometido, deu".

Carneiro entende que o fundamental é realizar mais reuniões com os proprietários para conscientizá-los e num futuro próximo "chamar perante o promotor público todos aqueles que puluíssem o manancial" - ressaltou.

Alcir José Biazchi, médico-chefe do IIº Distrito Sanitário, por sua vez garantiu à FOLHA: "Mesmo não sendo da nossa responsabilidade, quando recebemos denúncias fazemos exames da água fornecida pela Sanepar, que sempre nos revelaram estar ela dentro dos padrões". Lembrou, no entanto, que a água pode provocar hepatite, diarreia e epidemias várias, aconselhando que o povo tome água fervida e filtrada.

O supervisor local da Sanepar, Antônio Carlos confirmou que a responsabilidade da Sanepar começa na estação de captação e termina na torneira do consumidor, não tendo compromisso algum na conservação do rio. Adiantou que de hora em hora são realizadas análises físico-químicas (em dias de chuva, de meia em meia hora) e que semanalmente são realizados exames bacteriológicos, além de outras análises periódicas feitas pela Surehma.

Segundo informações colhidas no escritório da empresa, não se tem registro de nenhum problema mais sério no abastecimento de água da cidade, nos últimos anos, e que a orientação é para interromper o fornecimento em caso de algum problema mais grave. Quando são achados animais mortos no rio, é aumentado o teor de cloro.

Mitsuhashi denuncia, por outro lado, que "nos meses de novembro a março, são comuns surtos de disenteria principalmente em crianças. Justamente na época em que a aplicação de pesticidas nas lavouras é maciça. O grau de contaminação da água por herbicidas de elevada toxidez ainda é considerável e o trabalho de recuperação daquela bacia precisa continuar para que a população de Campo Mourão possa vir a beber água pura e límpida. Afinal, a água é o sangue da vida sobre a face da terra" - enfatizou.

Os agrônomos confirmam a resistência de alguns agricultores quanto a adoção das práticas conservacionistas e de proteção do rio, adiantando que de um modo geral a receptividade de junto aos produtores é boa. E vão mais adiante "com ou sem verba, as providências estão sendo tomadas. Somente sentimos que sem verbas a recuperação será lenta, talvez a longo prazo, e a necessidade é urgente, pois já passamos muito do prazo".

A coordenação do movimento prevê a recuperação total da bacia nos próximos quatro anos, esclarecendo: "Nem que tenhamos que fazer mutirões e outras campanhas - caso não consigamos mais recursos - mas

em hipótese alguma o projeto será abandonado. O que não se admite é o consumodiarismo por parte da população da água de um rio que é constantemente envenenado" – finalizou.